



PADRÕES INTERNACIONAIS PARA  
A PROTEÇÃO DA LIBERDADE DE  
EXPRESSÃO NA INTERNET

ESTÁNDARES INTERNACIONALES PARA  
LA PROTECCIÓN DE LA LIBERTAD DE  
EXPRESIÓN EN EL INTERNET

INTERNATIONAL STANDARDS ON  
FREEDOM OF EXPRESSION ONLINE

ARTICLE 19



Esta obra foi licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não Adaptada.

Você está livre para copiar, distribuir e exibir este trabalho e para fazer trabalhos derivados, desde que:

1. Dê créditos para a ARTIGO19;
2. Não use este trabalho para fins comerciais;
3. Distribua qualquer trabalho derivado desta publicação sob uma licença idêntica a esta. Para acessar o texto legal desta licença na íntegra, favor visitar: <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0/legalcode>.

Esta obra está bajo una licencia de Creative Commons - Sin Obra Derivada 3.0 -Reconocimiento No Comercial.

Usted es libre de: copiar, distribuir y comunicar públicamente y hacer obras derivadas, con las condiciones:

1. Debe reconocer los créditos para ARTIGO 19;
2. no puedes hacer un uso comercial de esos contenidos;
3. distribuir los trabajos derivados de esta publicación bajo una licencia idéntica a ésta. Ver texto legal completo de esta licencia en: <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0/legalcode>.

This work is under a Creative Commons - Share Alike 3.0 Unported – Non Attribution License.

You are free to copy, distribute and display this work and to make derivative works, provided you:

1. give credit to ARTICLE 19;
2. do not use this work for commercial purposes;
3. distribute any works derived from this publication under a licence identical to this one. To access the full legal text of this licence, please visit: <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0/legalcode>.

Este resumo de política foi publicado com o apoio da Fundação Adessium dos Países Baixos como parte do seu apoio mais amplo ao trabalho da ARTICLE 19 em prol da liberdade de expressão e tecnologia de comunicação via Internet.

# ÍNDICE

---

## VERSÃO EM PORTUGUÊS

APRESENTAÇÃO	04
Declaração Universal dos Direitos Humanos	06
Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos	06
A PROTEÇÃO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO NO DIREITO INTERNACIONAL	06
Convenção Americana de Direitos Humanos	07
Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos	09
LIMITAÇÕES SOBRE O DIREITO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO	09
Convenção Americana de Direitos Humanos	10
Declaração conjunta sobre liberdade de expressão e Internet (2011)	10
RESPONSABILIDADE DOS PROVEDORES DE SERVIÇOS DA INTERNET	12
Vigilância de comunicações	14
ACESSO À INTERNET	16
Neutralidade da rede	17
SEGURANÇA CIBERNÉTICA E RESPEITO PELOS DIREITOS HUMANOS	19
DECLARAÇÃO CONJUNTA DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO E INTERNET	20

# ÍNDICE

---

## VERSIÓN ESPAÑOLA

APRESENTACIÓN	25
LA PROTECCIÓN DE LA LIBERTAD DE EXPRESIÓN EN EL DERECHO INTERNACIONAL	27
Declaración Universal de los Derechos Humanos	27
Pacto Internacional sobre Derechos Civiles y Políticos	27
Convención Americana de Derechos Humanos	28
LIMITACIONES SOBRE EL DERECHO DE LA LIBERTAD DE EXPRESIÓN	30
Pacto Internacional sobre Derechos Civiles y Políticos	30
Convención Americana de Derechos Humanos	31
Declaración conjunta sobre libertad de expresión y Internet (2011)	32
RESPONSABILIDAD DE LOS PROVEEDORES DE SERVICIOS DEL INTERNET	33
Vigilancia de comunicaciones	35
ACCESO AL INTERNET	38
Neutralidad de la red	39
SEGURIDAD CIBERNÉTICA Y RESPECTO POR LOS DERECHOS HUMANOS	41
DECLARACIÓN CONJUNTA SOBRE LIBERTAD DE EXPRESIÓN Y INTERNET	42

# INDEX

---

## ENGLISH VERSION

INTRODUCTION	49
THE PROTECTION OF FREEDOM OF EXPRESSION UNDER INTERNATIONAL LAW	51
Universal Declaration on Human Rights	51
International Covenant on Civil and Political Rights	51
The American Convention on Human Rights	52
LIMITATIONS ON THE RIGHT TO FREEDOM OF EXPRESSION	54
International Covenant on Civil and Political Rights	54
American Convention on Human Rights	55
The Joint Declaration on Freedom of Expression and the Internet (2011)	55
ROLE OF INTERNET INTERMEDIARIES AND INTERMEDIARY LIABILITY	57
Surveillance of communications	58
ACCESS TO THE INTERNET	61
Network neutrality	62
CYBER SECURITY AND RESPECT FOR HUMAN RIGHTS	64
JOINT DECLARATION ON FREEDOM OF EXPRESSION AND THE INTERNET	65

## APRESENTAÇÃO

---

O direito à liberdade de expressão e à informação é essencial para a promoção e proteção de todos os direitos humanos em uma sociedade democrática. O desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação nas últimas décadas revolucionou a maneira que as pessoas comunicam e expressam suas ideias. A internet é agora parte da vida cotidiana de milhões de pessoas ao redor do mundo. Tornou-se, assim, uma exigência básica para o pleno exercício do direito à liberdade de expressão. Ao mesmo tempo, novas formas de censura apareceram e ameaçam o livre fluxo de informações online. A infraestrutura necessária para o acesso à internet e as habilidades requeridas para navegar podem conduzir a uma exclusão de alguns grupos nesta revolução. Diante destes desafios, legislações e políticas nacionais podem tanto promover o livre fluxo de informação e ideias ou sufocá-las. Este documento aborda os padrões internacionais já desenvolvidos para temas cruciais para liberdade de expressão online.

A liberdade de expressão é um direito fundamental que é reconhecido por muitos instrumentos internacionais de direitos humanos. Estes padrões internacionais são plenamente aplicáveis tanto para o contexto online como offline. Qualquer restrição à liberdade de expressão online deve, portanto, ser prevista por uma lei, ter um objetivo legítimo, ser necessária e proporcional. Além disso, padrões internacionais têm sido desenvolvidos para abordar assuntos mais específicos levantados pela internet, como o direito ao acesso a internet e o princípio de neutralidade na internet.

Como uma organização que procura defender o direito à liberdade de expressão e liberdade de informação, a ARTIGO 19 tem atuado na proteção da Internet livre em todo o mundo. Baseada nesses padrões internacionais de liberdade de expressão, analisamos algumas leis ou projetos de leis relacionados à tecnologia de informação e comunicação (TICs) em vários países de diferentes continentes, incluindo Bolívia,<sup>1</sup> Venezuela,<sup>2</sup> Irã<sup>3</sup>, Paquistão<sup>4</sup> e Tunísia<sup>5</sup>. No

1 ARTIGO 19, análise da Lei sobre Informação e Tecnologias da Comunicação da Bolívia, Fevereiro de 2012; disponível no site <http://www.article19.org/resources.php/resource/2950/en/bolivia:-law-on-telecommunications-and-information-and-communication-technologies>

2 ARTIGO 19, análise da Lei de Responsabilidades Sociais no Rádio, Televisão e Mídia Eletrônica da República Bolivariana da Venezuela, Dezembro de 2011; disponível no site <http://www.article19.org/resources.php/resource/2894/en/venezuela:-law-on-social-responsibility-of-radio,-television-and-electronic-media>

3 ARTIGO 19, análise da Lei de Criminalidade Informática da República Islâmica do Irã, Janeiro de 2012; disponível no site: <http://www.article19.org/azad-resources.php/resource/2921/en/islamic-republic-of-iran:-computer-crimes-law>

4 ARTIGO 19, análise das Telecomunicações do Paquistão (Reorganização) Ato, 1996, Janeiro 2012; disponível em: <http://www.article19.org/data/files/medialibrary/2949/12-02-02-pakistan.pdf>

5 ARTIGO 19, análise do estado das liberdades da Internet na Tunísia, Março 2012; disponível no site

Brasil, em janeiro de 2012, comentamos o projeto de lei sobre cibercrimes<sup>6</sup>. Em julho de 2012, lançamos uma avaliação do Marco Civil da Internet<sup>7</sup>.

As normas e padrões internacionais para a proteção da liberdade de expressão online são referências importantes para basear as melhores práticas de preservação da liberdade digital e na elaboração de recomendações da sociedade civil no processo de formulação de políticas públicas para o setor. É com isso em mente que a ARTIGO 19 preparou este documento, que esperamos que venha a ser útil para os nossos parceiros e tomadores de decisão na elaboração do futuro da Internet.

A ARTIGO 19 considera que, para a Internet para continuar a ser um espaço vibrante para a troca de informações e ideias, os padrões internacionais para a proteção da liberdade de expressão na Internet devem estar totalmente refletidas nas legislações propostas e nas políticas com relação à Internet. Isto, ao nosso ver, seria a melhor maneira de garantir a liberdade de expressão online para todos.

---

<http://www.article19.org/resources.php/resource/3014/en/tunisia:-internet-regulation>

6 ARTICLE 19, Análise do projeto de lei de cibercrimes, Janeiro de 2012; disponível em: <http://www.article19.org/resources.php/resource/2946/en/brazil:-draft-cybercrimes-law>

7 ARTICLE 19, Análise do Marco Civil da Internet, Julho de 2012, disponível em: <http://www.article19.org/resources.php/resource/3389/en/brazil:-civil-rights-framework-for-the-internet>

# A PROTEÇÃO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO NO DIREITO INTERNACIONAL

---

## Declaração Universal dos Direitos Humanos

O artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)<sup>8</sup> garante o direito de liberdade de expressão nos seguintes termos:

Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui o direito de ter opiniões sem interferência e o direito de procurar, receber e transmitir informações e ideias através de quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

A DUDH, como uma resolução da Assembleia Geral da ONU, não é diretamente vinculativa para os Estados. No entanto, partes dela, incluindo o artigo 19, são amplamente consideradas como tendo adquirido força jurídica como direito internacional consuetudinário desde a sua adoção em 1948<sup>9</sup>.

## Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos

O Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (PIDCP) elabora e dá força jurídica para muitos dos direitos articulados na DUDH. O PIDCP vincula os seus 167 Estados- membros a respeitar suas disposições e implantar sua estrutura em nível nacional.<sup>10</sup> Portanto, os Estados signatários são legalmente obrigado a respeitar e assegurar o direito à liberdade de expressão contida no artigo 19 do PIDCP:

1. Todos têm o direito à liberdade de opinião,
2. Todos têm o direito à liberdade de expressão; esse direito incluirá a liberdade de procurar, receber e transmitir informações e ideias de todo tipo, independentemente de fronteiras, seja oralmente, por escrito ou impresso, em forma de arte ou através de qualquer outra mídia de sua escolha.

Em setembro de 2011, o Comitê de Direitos Humanos das Nações Unidas ("HRC"), como órgão de monitoramento do tratado para o PIDCP, emitiu o Comentário Geral n.34, em relação ao artigo 19.<sup>11</sup> O Comentário Geral n.34 constitui uma interpretação oficial das normas mínimas garantidas pelo artigo 19 do PIDCP. A ARTIGO 19 considera o Comentário Geral n.34 como sendo um esclarecimento positivo do direito internacional relacionado à liberdade de expressão e o acesso à informação.<sup>12</sup> Ele é particularmente instrutivo

8 Resolução da Assembleia Geral da ONU 217A(III), adotada em 10 de Dezembro de 1948.

9 Filartiga v. Pena-Irala, 630 F. 2d 876 (1980) (Circuito do Tribunal de Apelações dos EUA, segundo circuito)

10 Ver CCPR/C/GC/3 disponível no site <http://www2.ohchr.org/english/bodies/hrc/comments.htm>

11 Ver CCPR/C/GC/3 disponível no site <http://www2.ohchr.org/english/bodies/hrc/comments.htm>

12 ARTIGO 19 declaração sobre o Comentário nº34 do Comitê dos Direitos Humanos das Nações Unidas: <http://www.article19.org/resources.php/resource/2631/en/un:-article-19-welcomes-general-comment-on-freedom-of-expression>



numa série de questões relativas à liberdade de expressão na Internet.

Com importância, o Comentário Geral n.34 afirma que o artigo 19 do PIDCP protege todas as formas de expressão e os meios de sua disseminação, incluindo todas as formas de modos de expressão eletrônicos ou baseados na Internet.<sup>13</sup> Em outras palavras, a proteção da liberdade de expressão aplica-se online da mesma maneira em que se aplica off-line.

Ao mesmo tempo, o Comentário Geral n.34 requer que os Estados-membros do PIDCP considerem a extensão que o desenvolvimento das tecnologias de informação, tais como a Internet e sistemas móveis de difusão eletrônica de informação, mudaram radicalmente as práticas de comunicação em todo o mundo.<sup>14</sup> Em particular, o marco jurídico que regulamenta os meios de comunicação de massa devem levar em consideração as diferenças entre a mídia impressa e de radiodifusão e a Internet, ao mesmo tempo em que observa as maneiras em que as mídias convergem<sup>15</sup>.

### **Convenção Americana de Direitos Humanos**

No nível regional, a liberdade de expressão está protegida nos termos do artigo 13 da Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH), que em suas partes relevantes diz o seguinte:

#### Artigo 13 - Liberdade de Pensamento e Expressão

1. Toda pessoa tem o direito à liberdade de pensamento e de expressão. Este direito inclui a liberdade de procurar, receber e transmitir informações e ideias de todo tipo, independentemente de fronteiras, seja oralmente, por escrito, impresso, em forma de arte, ou por qualquer outro de sua escolha.
2. O exercício do direito previsto no parágrafo anterior não estará sujeito à censura prévia, mas estará sujeito à imposição de responsabilidades subsequentes, que devem ser expressamente estabelecidas pela lei na medida necessária para assegurar:
  - a. respeito aos direitos ou à reputação de outras pessoas, ou
  - b. a proteção da segurança nacional, ordem pública, ou da saúde ou moral pública.
3. O direito de expressão não pode ser restringido por métodos ou meios indiretos, tais como o abuso de controles governamentais ou privados sobre a imprensa, as frequências de radiodifusão, ou equipamentos usados na difusão de informações, ou por qualquer outro meio com tendência a dificultar a comunicação e a circulação de ideias e opiniões.

Em 1999, o Relator Especial da OEA para Liberdade de Expressão afirmou que a proteção da liberdade de expressão nos termos do artigo 13 da CADH estende-se à liberdade de expressão online:

---

13 Comentário Geral nº34 do Comitê dos Direitos Humanos das Nações Unidas, para. 12.

14 *Ibid.*, para. 17.

15 *Ibid.*, para. 39.

A comunidade dos Estados Americanos reconhece explicitamente a proteção do direito de liberdade de expressão na Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Esses instrumentos permitem uma interpretação ampla do âmbito da liberdade de expressão. O conteúdo da Internet está abrangido pelo artigo 13 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos. O relator estimula os Estados membros a se abster da aplicação de qualquer tipo de regulamentação que possa violar os termos da Convenção.<sup>16</sup>

Mais recentemente, em janeiro de 2012, a relatora especial da OEA e o relator especial da ONU sobre a liberdade de opinião e expressão renovaram o seu apelo para uma forte proteção da liberdade de expressão na Internet. Em particular, eles lembraram que

A legislação que regula a Internet deve levar em conta as características especiais da Internet como uma ferramenta única e transformadora que permite a bilhões de indivíduos exercerem o seu direito à liberdade de pensamento e expressão, bem como uma gama de outros direitos humanos.<sup>17</sup>

Os Estados-membro da CADH estão obrigados a assegurar que suas leis que regulam a liberdade de expressão na Internet cumpram os requisitos do artigo 13 da CADH e levem em conta as características especiais da Internet.

---

16 Ver o Relator Especial da OEA sobre Liberdade de Expressão, Relatório Anual, Vol. 3 (1999), disponível no site: <http://www.cidh.oas.org/annualrep/99eng/Volume3c.htm>

17 <http://www.oas.org/en/iachr/expression/showarticle.asp?artID=880&IID=1>

# LIMITAÇÕES SOBRE O DIREITO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

---

## Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos

Embora o direito à liberdade de expressão seja um direito fundamental, ele não é garantido em termos absolutos. O artigo 19, parágrafo 3 do PIDCP permite que o direito seja restrito em relação aos seguintes aspectos:

O exercício dos direitos previstos no parágrafo 2 desse artigo implica em deveres e responsabilidades especiais. Portanto, ele pode ser submetido a certas restrições, mas estas só devem ser tais como as previstas pela lei e consideradas necessárias:

(a) Ao respeito dos direitos ou da reputação de outrem;

(b) Para a proteção da segurança nacional ou da ordem pública, ou da saúde ou da moral públicas.

Restrições ao direito à liberdade de expressão devem ser rigorosas e estritamente sob medida e não podem colocar em risco o próprio direito. Para determinar se uma restrição é estreitamente adaptada, muitas vezes é articulado um teste de três partes. É necessário que as restrições sejam: (i) previstas por lei, (ii) tenham um objetivo legítimo, e (iii) que elas estejam em conformidade com os rigorosos testes de necessidade e proporcionalidade.<sup>18</sup>

- Previsto em lei: o artigo 19, parágrafo 3 do PIDCP exige que as restrições ao direito à liberdade de expressão sejam garantidas por lei. Em particular, a lei deve ser formulada com precisão suficiente para permitir a um indivíduo regular a sua conduta em conformidade.<sup>19</sup> Restrições ambíguas ou excessivamente amplas de liberdade de expressão são, portanto, inaceitáveis de acordo com o artigo 19, parágrafo 3.
- Objetivo legítimo: Interferências ao direito à liberdade de expressão devem adotar um objetivo legítimo, como foram exaustivamente enumeradas nos incisos (a) e (b) do artigo 19, parágrafo do PIDCP. Como tal, seria inadmissível proibir sistemas de difusão de informação publicar material simplesmente baseado no fato de que eles lançam um olhar crítico sobre o governo ou sobre o sistema político social aderido pelo governo.<sup>20</sup> Da mesma maneira, uma restrição à liberdade de expressão não pode ser um pretexto para proteger o governo de constrangimento ou exposição de irregularidades ou para ocultar informações sobre o funcionamento de suas instituições públicas ou para defender uma ideologia em particular.
- Necessidade: os Estados participantes do PIDCP são obrigados a assegurar que as restrições legítimas sobre o direito à liberdade de expressão sejam necessárias e proporcionais. A necessidade requer que deve haver uma necessidade social premente para a restrição. A parte que invoca a restrição deve mostrar uma ligação direta e imediata entre a expressão e o interesse protegido. Proporcionalidade significa que se uma medida menos intrusiva é capaz de atingir a mesma finalidade do que uma

18 Velichkin v. Belarus, Comunicação No. 1022/2001, U.N. Doc. CCPR/C/85/D/1022/2001 (2005).

19 Leonardus J.M. de Groot v. Holanda, No. 578/1994, U.N. Doc. CCPR/C/54/D/578/1994 (1995).

20 Observações finais do Comitê de Direitos Humanos sobre a República Árabe Síria CCPR/CO/84/SYR

mais restritiva, a medida menos restritiva deve ser aplicada.

Os mesmos princípios se aplicam aos formulários eletrônicos de comunicação ou expressão difundidos na Internet. Em particular, o Comitê de Direitos Humanos da ONU afirmou, em seu Comentário Geral n. 34, que:

43. Qualquer restrição à operação de sites, blogs ou qualquer outro sistema baseado na Internet, eletrônico ou outro sistema de divulgação de informações, incluindo sistemas de apoio à comunicação, tais como provedores de serviços da Internet ou ferramentas de busca, só são admissíveis na medida em que eles são compatíveis com o parágrafo 3. Restrições admissíveis em geral devem ser de conteúdo específico; proibições genéricas sobre o funcionamento de determinados sites e sistemas não são compatíveis com o parágrafo 3. Também é incompatível com o parágrafo 3 proibir um site ou um sistema de disseminação de publicar o material apenas baseado no fato de que possa criticar o governo ou o sistema político e social defendido pelo governo.<sup>21</sup>.

Estes princípios ecoam as conclusões do Relator Especial da ONU sobre a promoção e proteção do direito à liberdade de opinião e de expressão, Frank La Rue, em um recente relatório de 16 de maio de 2011<sup>22</sup>.

### **Convenção Americana de Direitos Humanos**

Nos termos do artigo 13 da CADH, qualquer restrição ao direito à liberdade de expressão deve cumprir o mesmo teste de três partes como aquele do PIDCP, a saber: (i) a restrição deve ser prevista por lei, (ii) a restrição deve seguir um objetivo legítimo reconhecido nos termos do artigo 13, e (iii) a restrição deve ser proporcional ao objetivo perseguido.

Em particular, vale a pena notar que o Relator Especial da OEA declarou recentemente que:

Ao considerar tanto a legislação nacional e os tratados internacionais, como o Acordo de Comércio Anti-Falsificação, os Estados devem recordar que, enquanto a liberdade de expressão pode ser limitada na busca de objetivos legítimos, como a prevenção do crime ou a proteção dos direitos de outros, tais limitações devem ser estreitamente adaptadas e interferir o mínimo possível no direito à liberdade de expressão. Qualquer medida que afete um discurso na Internet deve ser especificamente compreendida para preservar a capacidade única da Internet de promover a liberdade de expressão, facilitando a livre troca de informações e ideias instantaneamente e de forma econômica e independentemente de fronteiras.<sup>23</sup>

### **Declaração conjunta sobre liberdade de expressão e Internet (2011)**

Em junho de 2011, os quatro relatores especiais para a proteção da liberdade de expressão (notadamente ONU, OEA, OSCE e ACHPR) assinaram uma Declaração Conjunta sobre a Liberdade de Expressão e a Internet, que

21 Observações conclusivas sobre a República Árabe Síria (CCPR/CO/84/SYR).

22 [http://www2.ohchr.org/english/bodies/hrcouncil/docs/17session/A.HRC.17.27\\_en.pdf](http://www2.ohchr.org/english/bodies/hrcouncil/docs/17session/A.HRC.17.27_en.pdf)

23 Ver Declaração Conjunta com o Relator Especial da ONU sobre Liberdade de Opinião e Expressão de 2012, citado acima no nº21.

estabelece os princípios básicos de direitos humanos que orientam a liberdade de expressão online. Especificamente, eles enfatizaram que as abordagens de regulamentação nos setores de telecomunicações e de radiodifusão não podem ser simplesmente transferidas para a Internet.<sup>24</sup>

Na declaração conjunta de 2011, eles recomendam o desenvolvimento de abordagens específicas para responder a conteúdos ilegais online, enquanto apontam que as restrições específicas para o material divulgado através da Internet são desnecessárias<sup>25</sup>. Eles também promovem o uso da autorregulação como uma ferramenta eficaz na correção do discurso danoso<sup>26</sup>.

---

24 Ver Declaração Conjunta sobre a Liberdade de Expressão e a Internet, Junho 2011, disponível no site: <http://www.article19.org/data/files/pdfs/press/international-mechanisms-for-promoting-freedom-of-expression.pdf>

25 Ibid.

26 Ibid.

## RESPONSABILIDADE DOS PROVEDORES DE SERVIÇOS DA INTERNET

---

Intermediários, tais como provedores de serviços da Internet, ferramentas de busca e mídias sociais são os anfitriões da web e desempenham um papel crucial em relação ao acesso à Internet e à transmissão de conteúdo de terceiros. Eles passaram a ser vistos como os gatekeepers da Internet. Para ativistas da Internet, eles são elementos essenciais do exercício significativo do direito à liberdade de expressão, facilitando o livre fluxo de informações e de ideias em todo o mundo, enquanto as agências de aplicação da lei os veem como peça central em qualquer estratégia para combater a atividade criminoso online.

Dada a enorme quantidade de informação disponível na Internet, a qual poderia ser potencialmente ilegal, como por exemplo, a lei de direitos autorais, de difamação, de discurso de ódio e leis penais de proteção às crianças contra a pornografia infantil, os provedores tem tido um forte interesse em buscar a isenção de responsabilidade na Internet.

Em muitos países ocidentais, provedores têm recebido imunidade para conteúdo de terceiros.<sup>27</sup> Eles também têm sido isentos de monitoramento de conteúdo.<sup>28</sup> No entanto, foram submetidos a procedimentos de “aviso prévio e remoção”, que os obrigam a remover o conteúdo uma vez que são notificados por particulares ou agências de aplicação da lei de que um determinado conteúdo é ilegal. Este sistema pode ser encontrado, por exemplo, na diretiva sobre comércio eletrônico na UE e no Digital Millennium Copyright Act 1998 (Lei de Direitos Autorais Digitais Millennium - os chamados “portos seguros”), nos EUA.

Uma série de problemas foi identificada em relação aos procedimentos de “aviso prévio e remoção”. Primeiro, eles muitas vezes carecem de uma base jurídica clara. Por exemplo, um relatório recente da OSCE para a Liberdade de Expressão na Internet destaca que:<sup>29</sup>

Disposições relativas à responsabilidade dos prestadores de serviços não são sempre claras e disposições de aviso prévio e remoção complexos existem para a remoção de conteúdo da Internet dentro de um número de Estados-membros. Cerca de

---

27 Ver artigo 15 da diretiva de comércio eletrônico. No caso recente da SABAM versus Scarlet Extended SA, o Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) considerou que uma liminar exigindo um ISP para instalação de um sistema de filtragem que tornaria absolutamente impossível que seus clientes enviassem ou recebessem arquivos de peças musicais usando “peer-to-peer software” sem a permissão dos detentores dos direitos os obrigaria a monitorar todos os dados relativos a cada um de seus clientes, o que seria uma violação do direito à privacidade e o direito à liberdade de receber ou transmitir informações. O tribunal observou que essa injunção poderia minar potencialmente a liberdade de informação já que o sistema de filtragem sugerido poderia não distinguir adequadamente entre os conteúdos ilegais e os lícitos, o que resultaria, com a sua introdução, num possível bloqueio das comunicações legais.

28 Relatório da OSCE, Liberdade de Expressão e a Internet, julho 2011, p 30.

29 OSCE report, Freedom of Expression and the Internet, July 2011, p 30.

30 Estados-membros têm leis baseadas na Diretiva de Comércio eletrônico da UE. No entanto, as disposições da Diretiva da UE, ao invés de alinhar as políticas de nível estadual, criaram divergências de interpretação durante o processo de implantação nacional. Estas diferenças surgiram logo que as disposições foram aplicadas pelos tribunais nacionais. Ciente destas questões, a Comissão Europeia lançou uma consulta durante 2010, sobre a interpretação das cláusulas de responsabilidade de intermediários. Um relatório de avaliação é esperado em 2011.

De acordo com os quatro relatores especiais para a liberdade de expressão, em sua Declaração Conjunta 2011 sobre a Liberdade de Expressão e a Internet,

(i) Ninguém deve ser responsabilizada por conteúdo produzido por outros na prestação de serviços técnicos de internet - tal como acesso, busca, transmissão ou guarda de informações na memória cachê<sup>30</sup>;

(ii) A responsabilização só deve acontecer se o intermediário interveio especificamente no conteúdo que está publicado on-line;<sup>31</sup>

(iii) Provedores de serviços de internet e outros intermediários só devem ser obrigados retirar conteúdos, seguindo uma ordem judicial, ao contrário da prática de aviso prévio e remoção<sup>32</sup>.

Da mesma forma, o Relator Especial da ONU sobre liberdade de expressão declarou que:

Medidas de censura nunca devem ser delegadas a uma entidade privada e ninguém deve ser responsabilizado por conteúdo na Internet do qual não seja o autor. Na verdade, nenhum Estado deveria usar ou forçar provedores a realizar censura em seu nome.<sup>33</sup>

Ele recomendou ainda que, a fim de evitar a violação do direito à liberdade de expressão e o direito à privacidade, os intermediários devem:<sup>34</sup>

Apenas implantar restrições a estes direitos após intervenção judicial, serem transparentes com o usuário envolvido a respeito das medidas tomadas e, quando for aplicável, ao público em geral; fornecer, se possível, assessoria aos usuários antes da aplicação de medidas restritivas e minimizar o impacto das restrições estritamente ao conteúdo envolvido.

Finalmente, o Relator Especial enfatizou a necessidade de soluções eficazes para usuários afetados, incluindo a possibilidade de recurso através dos procedimentos previstos pelo provedor e por uma autoridade judiciária competente.<sup>35</sup>

---

30 Nota Supra 17.

31 Ibid.

32 Ibid.

33 Ver Relatório do Relator Especial da ONU sobre a Liberdade de Opinião e Expressão, citada acima na nota 26, para. 43.

34 Ibid. para. 47.

35 Ibid.

## Vigilância de comunicações

A garantia do direito à privacidade nas comunicações online é essencial para assegurar que os indivíduos tenham a confiança para exercer livremente seu direito à liberdade de expressão. A vigilância em massa de comunicações online, portanto, levanta preocupações significativas quanto ao direito à privacidade e à liberdade de expressão.

O direito de comunicações privadas é fortemente protegido pelo direito internacional através do artigo 17 do PIDCP, o qual afirma que:

1. Ninguém será sujeito a interferências arbitrárias ou ilegais em sua privacidade, família, lar ou correspondência, nem a ofensas ilegais à sua honra e reputação.
2. Toda pessoa tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques.

No Comentário Geral n.16 sobre o direito à privacidade, o Comitê de Direitos Humanos da ONU esclareceu que:

3. O termo “ilegal” significa que nenhuma interferência poderá acontecer a não ser em casos previstos pela lei. Interferência autorizada por Estados só pode acontecer com base na lei, a qual deve estar de acordo com as disposições, propósitos e objetivos do Pacto.

O Comitê continua explicando que:

4. A expressão “interferência arbitrária” é também relevante para a proteção do direito previsto no artigo 17. Na opinião do Comitê, a expressão “interferência arbitrária” também pode se estender a interferências previstas na lei. A introdução do conceito de arbitrariedade visa garantir que mesmo a interferência prevista por lei deve estar em conformidade com as disposições, propósitos e objetivos do Pacto e deve ser, em qualquer caso, razoável nas circunstâncias particulares.

O Comitê afirmou ainda que:

8. Mesmo em relação às interferências que estejam em conformidade com o Pacto, a legislação pertinente deve especificar em detalhe as circunstâncias precisas em que tais interferências podem ser permitidas. A decisão de fazer uso de tal interferência autorizada deve ser feita apenas pela autoridade designada nos termos da lei e com base no caso a caso.

O Relator Especial da ONU sobre a promoção e proteção dos direitos humanos e liberdades fundamentais, enquanto contestava o terrorismo, argumentou que, assim como as restrições sobre o direito à liberdade de expressão sob o artigo 19, as restrições ao direito à privacidade nos termos do artigo 17 do PIDCP devem ser interpretadas como assunto para o teste de três partes:<sup>36</sup>

O artigo 17 do Pacto deve também ser interpretado como contendo os referidos elementos de um teste de limitações permitidas. Restrições que não estejam previstas na lei são “ilegais” na acepção do artigo 17 e as restrições que estejam longe de ser

---

36 Relatório do Relator Especial sobre a promoção e proteção dos direitos humanos e liberdades fundamentais, enquanto contesta o terrorismo, Martin Scheinin A/HRC/13/37, 28 de dezembro de 2009.



necessárias ou que não servem um objetivo legítimo constituem uma interferência “arbitrária” com os direitos previstos no artigo 17.

O Relator Especial ainda definiu o âmbito das restrições legítimas sobre o direito à privacidade da seguinte forma:<sup>37</sup>

Estados podem fazer uso de medidas de vigilância específicas desde que seja um caso específico de interferência, com base em um mandado emitido por um juiz na mostra de causa provável ou motivos razoáveis. Deve haver alguma base factual relacionada ao comportamento de um indivíduo, o que justifica a suspeita de que ele possa estar envolvido na preparação de um ataque terrorista.

A falta de capacidade dos indivíduos de comunicar-se reservadamente afeta substancialmente a sua liberdade de direitos de expressão. Em seu relatório de 16 de maio de 2011, o Relator Especial da ONU sobre a Liberdade de Opinião e Expressão expressou suas preocupações de que:

53. A Internet também apresenta novas ferramentas e mecanismos através dos quais tanto o Estado quanto os agentes privados podem monitorar e coletar informações sobre as comunicações e atividades dos indivíduos na Internet. Tais práticas podem constituir uma violação do direito à privacidade dos usuários da Internet e, ao minar a confiança das pessoas e da segurança na Internet, impedir o livre fluxo de informações e ideias online.

O Relator Especial da Liberdade de Expressão observou ainda que:

59. O direito à privacidade pode estar sujeito a restrições ou limitações em certas circunstâncias excepcionais. Isso pode incluir medidas estatais de vigilância para fins de administração de justiça criminal, prevenção do crime ou no combate ao terrorismo. No entanto, tal interferência é permitida apenas se os critérios para limitações permissíveis sob a lei internacional de direitos humanos forem cumpridos. Assim, deve haver uma lei que defina claramente as condições em que o direito dos indivíduos à privacidade possa ser limitado em circunstâncias excepcionais e as medidas de usurpar este direito sejam tomadas com base em uma decisão específica por uma autoridade do Estado expressamente autorizada por lei a fazê-lo, geralmente o Judiciário, com a finalidade de proteger os direitos dos outros, como por exemplo, assegurar provas para evitar a execução de um crime e deve respeitar o princípio da proporcionalidade.

Em particular, o Relator Especial recomendou que os Estados devem assegurar que os indivíduos possam se expressar anonimamente online e que se abstenham de adotar sistemas de registro com nome real.<sup>38</sup>

---

37 Ibid., para. 21

38 Ibid., para. 84.

## ACESSO À INTERNET

---

A Internet tornou-se um requisito básico para o exercício da liberdade de expressão. Ela é também necessária para o exercício significativo de outros direitos e liberdades, como a liberdade de assembleia. Estados estão, portanto, sob uma obrigação positiva de promover e facilitar o acesso à Internet. O Relator Especial da ONU sobre a Liberdade de Expressão, Frank La Rue, assim declarou recentemente:<sup>39</sup>

Dado que a Internet se tornou uma ferramenta indispensável para a realização de uma série de direitos humanos, combatendo a desigualdade e acelerando o desenvolvimento e progresso humano, garantir o acesso universal à Internet deve ser uma prioridade para todos os Estados.

O Relator Especial recomendou que os Estados elaborassem políticas concretas envolvendo todos os interessados com vista a assegurar o acesso universal, isto é, tornar a Internet amplamente disponível e acessível a todos os segmentos da população. Em particular, ele sugeriu que os Estados devem trabalhar em parceria com o setor privado para garantir a conectividade de Internet em todas as localidades habitadas, inclusive em áreas rurais remotas. Ele observou ainda que os Estados poderiam subsidiar os serviços de Internet e hardware de baixo custo.

Da mesma forma, os quatro relatores especiais para a liberdade de expressão articularam uma série de princípios em relação ao acesso à Internet na sua Declaração Conjunta de 2011 sobre a Liberdade de Expressão e a Internet, com o seguinte teor:

### 6. Acesso à Internet

- a. Dado o efeito ao direito à liberdade de expressão, impõe-se uma obrigação aos Estados de promover o acesso universal à Internet. O acesso à Internet é também necessário para promover o respeito a outros direitos, tais como o direito à educação, à saúde e ao trabalho, o direito de reunião e de associação e o direito a eleições livres.
- b. Cortar o acesso à Internet, ou partes da Internet, para populações inteiras ou segmentos do público (desligando a Internet) nunca poderá ser justificado, inclusive sobre a ordem pública ou razões de segurança nacional. O mesmo se aplica à redução de velocidade impostas à Internet ou partes da Internet.
- c. Negar o direito de acesso à Internet às pessoas como um castigo é uma medida extrema, que poderia ser justificada apenas quando medidas menos restritivas não estejam disponíveis e quando ordenadas por um tribunal, levando em conta o impacto desta medida sobre o prazer dos direitos humanos.
- d. Outras medidas que limitam o acesso à Internet, tais como a imposição de um

---

39 Ver Relatório do Relator Especial sobre Liberdade de Expressão de 10 de Agosto de 2011, disponível aqui: <http://www.ohchr.org/Documents/Issues/Opinion/A.66.290.pdf>

registro ou de outros requisitos aos prestadores de serviços, não são legítimas a menos que estejam em conformidade com o teste de restrições à liberdade de expressão sob a lei internacional.

e. Os Estados têm uma obrigação positiva de facilitar o acesso universal à Internet. No mínimo, os Estados devem:

- i. Implantar mecanismos de regulação - que podem incluir regimes de preços, os requisitos do serviço universal e contratos de licenciamento - promovendo um maior acesso à Internet, inclusive para os pobres e moradores nas zonas rurais longínquas.
- ii. Prestar apoio direto para facilitar o acesso, inclusive estabelecendo centros de TIC baseados na comunidade e outros pontos de acesso público.
- iii. Promover a conscientização adequada sobre como usar a Internet e os benefícios que ela pode trazer, especialmente entre os pobres, crianças e idosos e populações rurais isoladas.
- iv. Pôr em prática medidas especiais para garantir o acesso equitativo à Internet para deficientes e para pessoas desfavorecidas.

f. Para realizar o acima citado, os Estados devem adotar planos plurianuais detalhados de ação para ampliar o acesso à Internet que incluam objetivos claros e específicos, bem como normas de transparência, de informação pública e sistemas de monitoramento.

A partir de uma perspectiva comparada, também deve ser observado que alguns países ocidentais reconheceram expressamente o direito de acesso à Internet na sua legislação nacional ou não. Por exemplo, o Conselho Constitucional francês declarou em 2009 que o acesso à Internet é um direito fundamental. Na Finlândia, um decreto foi aprovado em 2009 o qual prevê que todas as conexões da Internet precisam ter uma velocidade de pelo menos um Megabyte por segundo. O acesso à Internet é também reconhecido como um direito humano básico na Estônia desde 2000.

### **Neutralidade da rede**

Um componente importante do direito de acesso à Internet é o princípio da neutralidade da rede. Ele protege o direito dos consumidores de acessar o conteúdo, aplicativos, serviços e hardware de sua escolha, sem restrições por parte dos provedores de serviços da Internet ou governos.

O princípio da neutralidade da rede requer que todo o tráfego da Internet seja tratado igualmente, ou seja, sem discriminação com base no conteúdo, dispositivo, autor, origem ou destino do conteúdo, serviço ou aplicação. Isso significa que provedores de serviços da Internet ou governos não devem ser autorizados a utilizar o seu controle sobre a infraestrutura da Internet ou seu poder de mercado para bloquear conteúdo, priorizar, diminuir a velocidade de acesso a determinadas aplicações ou serviços, como a transmissão colega-para-colega.

Em outras palavras, a neutralidade da rede é essencial para preservar a infraestrutura e a abertura da Internet. Ela é também essencial para o

compartilhamento de informações e ideias na Internet, como garantida pela lei internacional dos direitos humanos. Por esta razão, os quatro relatores especiais sobre a liberdade de expressão aprovaram um conjunto de princípios em relação à neutralidade da rede em sua Declaração Conjunta de 2011 sobre a Liberdade de Expressão e a Internet. Em particular, eles declararam o seguinte:<sup>40</sup>

Neutralidade da Rede

- a. Não deve haver nenhuma discriminação no tratamento de dados e tráfego da Internet, com base no dispositivo, conteúdo, autor, origem e/ou destino do conteúdo, serviço ou aplicação.
- b. Provedores de Internet devem ser obrigados a manter transparência sobre todo o tráfego ou práticas de gestão de informações que eles empregam e informações relevantes sobre tais práticas devem ser disponibilizadas de uma forma que seja acessível a todos os interessados.

A adoção de quaisquer regras de neutralidade da rede em nível nacional deve refletir esses padrões. Neste sentido, a recente lei chilena sobre a neutralidade da rede oferece um exemplo positivo na medida em que dá garantias bastante abrangentes contra as práticas discriminatórias por provedores<sup>41</sup>. Em particular, é importante para garantir que existam proteções suficientes contra a discriminação entre diferentes tipos de serviços de Internet, tais como a banda larga fixa e móvel. Por exemplo, a ARTIGO 19 criticou as regras adotadas pela Comissão Federal de Comunicações dos Estados Unidos da América em dezembro de 2010, uma vez que ela não forneceu garantias suficientes a esse respeito.<sup>42</sup> A União Europeia atualmente está considerando a adoção de regras de neutralidade da rede.

---

40 Ver Declaração Conjunta de 2011 citada acima na nota 17.

41 Ver [http://www.subtel.gov.cl/prontus\\_subtel/site/artic/20100826/pags/20100826145847.html](http://www.subtel.gov.cl/prontus_subtel/site/artic/20100826/pags/20100826145847.html)

42 Para ler mais sobre os interesses da ARTIGO 19 com relação à Comissão Federal de Comunicações, por favor acessar: <http://www.article19.org/resources.php/resource/2824/en/net-neutrality-stronger-rules-needed-in-us-and-eu>

## SEGURANÇA CIBERNÉTICA E RESPEITO PELOS DIREITOS HUMANOS

---

As resoluções e os instrumentos internacionais para segurança cibernética reconhecem a importância de balancear os imperativos para a segurança com os direitos humanos fundamentais, particularmente o direito à liberdade de expressão.

A Resolução da Assembleia Geral da ONU sobre a “Criação de uma cultura global de segurança cibernética” afirma que a “segurança deve ser implementada de maneira consistente com os valores reconhecidos pelas sociedades democráticas, incluindo a liberdade de trocar pensamentos e ideias, o fluxo livre de informação, a confidencialidade de informação e comunicação, a proteção adequada da abertura, transparência e informação pessoal.”<sup>43</sup>

De uma perspectiva comparada, a ARTIGO 19 também nota que o preâmbulo da Convenção do Conselho Europeu sobre Cibercrimes (2001) afirma que as partes devem ter em conta “a necessidade de garantir um equilíbrio adequado entre os interesses da aplicação da lei e o respeito pelos direitos fundamentais do ser humano (...) que reafirmam o direito à liberdade de opinião sem qualquer ingerência, o direito à liberdade de expressão, incluindo a liberdade de procurar, de receber e transmitir informações e ideias de qualquer natureza sem considerações de fronteiras e, ainda, o direito ao respeito pela vida privada.”<sup>44</sup> Isso é apoiado pelo artigo 15 da Convenção de Cibercrimes, que afirma que os poderes e procedimentos previstos na Convenção “deve[m] assegurar uma proteção adequada dos direitos do Homem e das liberdades”, fazendo referência tanto ao PIDCP, quanto à Convenção para a Proteção dos Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais.

É importante ressaltar que a Convenção do Conselho Europeu sobre Cibercrimes não contém nenhuma restrição baseada em conteúdos, com exceção daquelas relacionadas à pornografia infantil. A possibilidade de haver perseguição de dissidências políticas por intermédio de leis nacionais contra Cibercrimes é reconhecida na Convenção em seu artigo 27(4)(a), que permite que Estados recusem prestar assistência a outros Estados partes, caso seja percebido que o pedido está relacionado a perseguições de cunho político. Com 32 Estados partes, a Convenção possui o maior número de membros entre todos os instrumentos de direito internacional sobre a matéria.

43 Ver A/RES/57/239, 31 de jan. de 2003; disponível em [http://www.itu.int/ITU-D/cyb/cybersecurity/docs/UN\\_resolution\\_57\\_239.pdf](http://www.itu.int/ITU-D/cyb/cybersecurity/docs/UN_resolution_57_239.pdf)

44 Convenção sobre o Cibercrime, Budapest, 23.XI.2001; disponível em: <http://conventions.coe.int/Treaty/en/Treaties/html/185.htm>. [http://www.coe.int/t/dghl/standardsetting/t-cy/ETS\\_185\\_Portuguese.pdf](http://www.coe.int/t/dghl/standardsetting/t-cy/ETS_185_Portuguese.pdf)

## **DECLARAÇÃO CONJUNTA DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO E INTERNET**

---

O relator Especial da ONU para a Liberdade de Opinião e Expressão, o Representante de Liberdade de Mídia da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), o Relator Especial de Liberdade de Expressão da Organização dos Estados Americanos (OAS) e o Relator Especial de Liberdade de Expressão e Acesso a Informação da Comissão Africana de Direitos Humanos e de pessoas,

Tendo discutido estas questões juntamente com a ARTIGO 19, campanha mundial para a liberdade de expressão, e o centro para lei e democracia;

Recordando e reafirmando nossa declaração conjunta de 26 de novembro de 1999, 30 de novembro de 2000, 20 de novembro de 2001, 10 de dezembro de 2002, 18 de dezembro de 2003, 6 de dezembro de 2004, 21 de dezembro de 2005, 19 de dezembro de 2006, 12 de dezembro de 2007, 10 de dezembro de 2008, 15 de maio de 2009 e 3 de fevereiro de 2010;

Enfatizando mais uma vez, a importância fundamental da liberdade de expressão – incluindo os princípios de independência e diversidade – tanto em seu próprio direito como uma ferramenta essencial para a defesa de todos os outros direitos, como um elemento central da democracia e para o avanço dos objetivos em desenvolvimento;

Salientando o caráter transformador da internet, como meio que dá voz a milhões de pessoas pelo mundo, de aumentar significativamente a habilidade de acessar informações e aumentar o pluralismo e divulgação;

Conhecendo o poder da internet para promover realizações de outros direitos e participação pública, bem como facilitar o acesso a bens e serviços;

Acolhendo o dramático crescimento do acesso a internet em quase todos os países e regiões do mundo, enquanto observamos que milhões de pessoas continuam sem acesso ou tem formas de acesso de segunda classe;

Observando que alguns governos tem adotado ações ou colocado em prática medidas com intenção específica de restringir indevidamente a liberdade de expressão na internet, contrárias a lei internacional;

Reconhecendo que o exercício da liberdade de expressão podem estar sujeitas a restrições limitadas que estão prescritas na lei e são necessárias, por exemplo para a prevenção de crime e proteção dos direitos fundamentais de terceiros, incluindo crianças, mas salientando que tais restrições devem ser equilibradas e devem obedecer as leis fundamentais do direito à liberdade de expressão;

Preocupados que, mesmo quando feito de boa fé, muito dos esforços dos

governos para responder as necessidades citadas acima, não levam em consideração as características especiais da internet, com o resultado de que eles restringem indevidamente a liberdade de expressão;

Observando os mecanismos de abordagem multissetorial do fórum de governança da internet da ONU;

Conscientes da vasta gama de atores que atuam como provedores de internet – fornecendo serviços como acesso e interconexão com a internet, transmissão, processamento e roteando o tráfego da internet, hospedando e fornecendo acesso a materiais postado por outros, pesquisando, referenciando ou achando materiais na internet, habilitando transações financeiras e facilitando as redes sociais- e das tentativas de partes de alguns estados de responsabilizarem estes atores por conteúdos nocivos e ilícitos;

Adotamos em 11 de junho de 2011, a seguinte declaração conjunta sobre a liberdade de expressão e internet:

#### 1. Princípios gerais

a. A liberdade de expressão se aplica na internet, do mesmo modo em ela se aplica a todos os meios de comunicação. Restrições à liberdade de expressão na internet só são aceitáveis se cumprirem com as normas internacionais estabelecidas, isso incluindo que elas estão previstas por uma lei, e que elas são necessárias para proteger um interesse que é reconhecido pelas leis internacionais (teste das “três-partes”)

b. Ao avaliar a proporcionalidade de uma restrição a liberdade de expressão na internet, o impacto que esta restrição pode ter na capacidade da internet de entregar resultados positivos de liberdades de expressões deve ser levado em consideração contra esses benefícios, no que se refere a proteção de outros interesses.

c. Abordagens referente a regulamentação desenvolvidas por outros meios de comunicação – como telefonia ou radiodifusão – não pode ser simplesmente transferida a internet mas, ao contrário, precisa ser especificamente projetado para a mesma.

d. Maior atenção deve ser dada ao desenvolvimento de abordagens específicas e alternativas que são adaptadas para características únicas da internet, para responder a conteúdo ilegal, enquanto há um reconhecimento de que não se deve haver restrições especiais para conteúdos de matérias que se difundem através da internet.

e. A auto-regulação pode ser uma ferramenta eficaz na correção de discursos prejudiciais, e, portanto deve ser promovido.

f. A conscientização e os esforços educacionais para promover a capacidade de todas as pessoas de se fazer um autônomo, independente e responsável uso da internet deve ser fomentado (‘alfabetização

digital’).

## 2. Responsabilidade dos provedores

a. Ninguém que simplesmente fornece serviços técnicos de internet tal como fornecer acesso, ou uma busca, ou transmissão ou conservação de informações no cachê de memória deve ser responsável por conteúdo gerado por outros, que são disseminados usando estes serviços, contanto que eles não interfiram especificamente neste conteúdo ou se recusem a obedecer uma ordem judicial de remoção deste conteúdo quando se tem capacidade de fazê-lo (princípio de mera transmissão).

b. Considerações devem ser dadas para proteger completamente outros provedores, incluído os mencionados no preâmbulo, da responsabilidade de conteúdo gerado por outros sobre as mesmas condições que no parágrafo 2(a). No mínimo, não se deve exigir dos provedores uma monitoria de conteúdos gerados por usuários e não devem estar sujeitos a normas judiciais sobre cancelamento de conteúdos que não ofereçam proteção suficiente para a liberdade de expressão (como é o caso de muitas regras de ‘notificação e retirada’ que estão sendo aplicadas).

## 3. Filtragem e bloqueio

a. Bloqueio obrigatório de sites inteiros, endereços IP, portas, protocolos de rede ou de tipos de usos (como as redes sociais) é uma medida extrema – analógica a proibir um jornal ou emissora – que só pode ser justificado em conformidade com os padrões internacionais, por exemplo, onde é necessário para proteger crianças contra abuso sexual.

b. Sistemas de filtração de conteúdos que são impostas por governos ou um provedor de serviços comerciais e que não são controladas por um usuário final são formas de censura prévia e não representam uma restrição justificada a liberdade de expressão.

c. Produtos projetados para facilitar as filtrações de usuários finais devem ser necessárias de acompanhamento de informações claras para os usuários finais sobre como eles funcionam e seus potenciais de armadilha quando as filtrações forem excessivas.

## 4. Responsabilidade penal e civil

a. Competência em casos legais relacionadas a conteúdos de internet devem ser restritas a estados que nestes casos tem uma conexão real e substancial, normalmente porque o autor reside neste estado, o conteúdo é carregado lá e/ou o conteúdo é especificamente direcionado ao Estado. Partes privadas devem apenas iniciar uma ação judicial quando elas conseguem estabelecer que sofreram um substancial dano nesta jurisdição (regra contra ‘turismo de difamação’).

b. Padrões de responsabilidade, incluindo defesas em casos civis, devem levar em conta o interesse do público em proteger tanto a expressão



quanto o fórum em que ele é feito (isto é, a necessidade de preservar o aspecto de ‘praça pública’ da internet).

c. Para o conteúdo que foi carregado substancialmente na mesma forma, e no mesmo lugar, os prazos de interposição de ações legais devem começar a contar desde a primeira vez em que foram publicados, e apenas uma ação por danos pode ser permitida a respeito deste conteúdo, e quando apropriado, se deve permitir apenas uma única reparação pelo dano sofrido em todas as jurisdições (regra da ‘publicação única’).

#### 5. Neutralidade de rede

a. Não deve existir nenhuma discriminação no tratamento de dados e tráfegos da internet, baseado no dispositivo, conteúdo, autor, origem e/ou destino do conteúdo, serviço ou aplicação.

b. Deve se exigir dos provedores de internet uma transparência sobre o tráfego ou as práticas de manejo que estas informações empregam, e informações relevantes sobre tais práticas, devem ser disponibilizados de uma forma que seja acessível a todos os interessados.

#### 6. Acesso à internet

a. Os estados tem a obrigação de promover o acesso universal a internet para garantir de forma efetiva, o direito a liberdade de expressão. O acesso à internet também é necessário para promover o respeito a outros direitos, tais como o direito a educação, aos cuidados de saúde e trabalho, o direito de reunião e associação, e o direito de eleições livre.

b. Cortar o acesso a internet, ou parte da mesma, em populações inteiras ou determinados segmentos do público (cancelamento da Internet) não pode ser justificado sob nenhuma circunstância, inclusive sobre ordem pública ou razões de segurança nacional. O mesmo se aplica para medidas de redução de velocidade imposta na internet ou em parte da mesma.

c. A negação do direito ao acesso a internet como uma punição, constitui uma medida extrema que só pode ser justificada quando não existem outras medidas de restrição menores, e que tenha sido ordenada pelos tribunais, levando em conta o impacto dessa medida para o exercício dos direitos humanos.

d. Outras medidas que limitam o acesso à internet, tais como a imposição de registro ou outros requisitos aos provedores de serviços, não são legítimas a menos que estejam em conformidade com o padrão estabelecido pelo direito internacional para as restrições a liberdade de expressão.

e. Os estados tem a obrigação positiva de facilitar o acesso a internet. No mínimo, os estados devem:

i. Estabelecer mecanismos regulatórios – que pode incluir regimes de

preços, exigências de serviço universais e acordos de licença – que promovam um melhor acesso à internet, incluindo os setores pobres da população e as zonas rurais mais distantes.

ii. Prestar apoio direto para facilitar o acesso, incluindo a criação de centros comunitários de TICs e outros pontos de acesso público.

iii. Promover uma consciência sobre o uso adequado da internet, e os benefícios que ela pode trazer, especialmente entre os setores pobres da população, as crianças e idosos, e as populações rurais isoladas.

iv. Adotar medidas especiais para assegurar um acesso equitativo à internet aos deficientes e pessoas desfavorecidas.

f. Para implementar as medidas acima, os Estados devem adotar planos de ações detalhados com duração de vários anos que visam o aumento de acessos à internet, que inclua objetivos claros e específicos, assim como padrões de transparência, comunicação pública e sistemas de monitoria.

## APRESENTACIÓN

---

El derecho a la libertad de expresión e información son esenciales para la promoción y protección de todos los derechos humanos en una sociedad democrática. El desenvolvimiento de las tecnologías de información y comunicación en las últimas décadas revolucionó la manera que las personas comunican y expresan sus ideas. El internet es ahora parte de la vida cotidiana de millones de personas al redor del mundo. Se convirtió en, así, una exigencia básica para el pleno ejercicio del derecho a la libertad de expresión. Al mismo tiempo, nuevas formas de censura aparecerán y amenazan el libre flujo de informaciones online. La infraestructura necesaria para el acceso al internet y las habilidades requeridas para navegar pueden conducir a una exclusión de algunos grupos en esta revolución. En frente de esos desafíos, legislaciones y políticas nacionales pueden tanto promover el libre flujo de informaciones e ideas o sofocarlas. Este documento aborda los estándares internacionales ya desenvueltos para temas cruciales para libertad de expresión online.

La libertad de expresión es un derecho fundamental que es reconocido por muchos instrumentos internacionales de derechos humanos. Estos estándares internacionales son plenamente aplicables tanto para el contexto online como offline. Cualquier restricción a la libertad de expresión online debe, por tanto, ser prevista por una ley, tener un objetivo legítimo, ser necesaria y proporcional. Por otra parte, estándares internacionales tienen sido desenvueltos para abordar temas más específicos levantados por el internet, como el derecho al acceso al internet y el principio de neutralidad en el internet.

Como una organización que busca defender el derecho a la libertad de expresión y libertad de información, la ARTIGO 19 tiene actuado en la protección del Internet libre en todo el mundo. Basada en esos estándares internacionales de libertad de expresión, analizamos algunas leyes o proyectos de leyes relacionados a la tecnología de información y comunicación (TICs) en varios países de diferentes continentes, incluyendo Bolivia,<sup>1</sup> Venezuela,<sup>2</sup> Irán<sup>3</sup>,

---

1 ARTIGO 19, análisis de la Ley sobre Información y Tecnologías de la Comunicación de la Bolivia, Febrero de 2012; disponible en el sitio <http://www.article19.org/resources.php/resource/2950/en/bolivia:-law-on-telecommunications-and-information-and-communication-technologies>

2 ARTIGO 19, análisis de la Ley de Responsabilidades Sociales en el Radio, Televisión e Média Electrónica de la República Bolivariana da Venezuela, Diciembre de 2011; disponible en el sitio <http://www.article19.org/resources.php/resource/2894/en/venezuela:-law-on-social-responsibility-of-radio,-television-and-electronic-media>

3 ARTIGO 19, análisis de la Ley de Criminalidad Informática da República Islámica del Irán, Enero de 2012; disponible en el sitio: <http://www.article19.org/azad-resources.php/resource/2921/en/islamic-republic-of-iran:-computer-crimes-law>

Paquistán<sup>4</sup> e Tunisia<sup>5</sup>. En Brasil, en enero de 2012, comentamos el proyecto de ley sobre cibercrimes<sup>6</sup>. En julio de 2012, lanzamos una evaluación do Marco Civil da Internet<sup>7</sup>.

Las normas y estándares internacionales para la protección de la libertad de expresión online son referencias importantes para basar las mejores prácticas de preservación de la libertad digital y en la elaboración de recomendaciones de la sociedad civil en el proceso de formulación de políticas públicas para el sector. Es con eso en mente que la ARTIGO 19 preparo este documento, que esperamos que venga a ser útil para los nuestros socios y tomadores de decisión en la elaboración del futuro del Internet.

La ARTIGO 19 considera que, para el Internet continuar a ser un espacio vibrante para el cambio de informaciones y ideas, los estándares internacionales para la protección de la libertad de expresión en la Internet deben estar totalmente reflejadas en las legislaciones propuestas y en las políticas con relación al Internet. Eso, al nuestro ver, sería la mejor manera de garantizar la libertad de expresión on-line para todos.

---

4 ARTIGO 19, análisis de las Telecomunicaciones del Paquistán (Reorganización) Ato, 1996, Enero 2012; disponible en: <http://www.article19.org/data/files/medialibrary/2949/12-02-02-pakistan.pdf>

5 ARTIGO 19, análisis del estado de las libertades del Internet en la Tunisia, Marzo 2012; disponible en el sitio <http://www.article19.org/resources.php/resource/3014/en/tunisia:-internet-regulation>

6 ARTICLE 19, Análisis del proyecto de ley de cibercrimes, enero de 2012; disponible en: <http://www.article19.org/resources.php/resource/2946/en/brazil:-draft-cybercrimes-law>

7 ARTICLE 19, Análisis del Marco Civil del Internet, Julio de 2012, disponible en: <http://www.article19.org/resources.php/resource/3389/en/brazil:-civil-rights-framework-for-the-internet>

# LA PROTECCIÓN DE LA LIBERTAD DE EXPRESIÓN EN EL DERECHO INTERNACIONAL

---

## Declaración Universal de los Derechos Humanos

La ARTÍCULO 19 de la Declaración Universal de los Derechos Humanos (DUDH)<sup>1</sup> garantiza el derecho de libertad de expresión en los siguientes términos:

Toda persona tiene el derecho a la libertad de opinión y expresión; este derecho incluye tener opiniones sin interferencia y el derecho de buscar, recibir y transmitir informaciones e ideas a través de cualquier medio e independientemente de fronteras.

La DUDH, como una resolución de la Asamblea General de la ONU, no es directamente vinculada para los Estados. Sin embargo, partes de ella, incluido el ARTICULO 19, son ampliamente consideradas como teniendo adquirido fuerza jurídica como derecho internacional consuetudinario desde su adopción en 1948<sup>1</sup>.

## Pacto Internacional sobre Derechos Civiles y Políticos

El Pacto Internacional sobre Derechos Civiles y Políticos (PIDCP) elabora y da fuerza jurídica para muchos de los artículos en la DUDH. El PIDCP vincula sus 167 Estados- miembros a respetar sus disposiciones e implantar su estructura en nivel nacional.<sup>1</sup> Por tanto, los Estados signatarios son legalmente obligados a respetar y asegurar el derecho a la libertad de expresión contenida en el artículo 19 del PIDCP:

1. Todos tienen el derecho a la libertad de opinión,
2. Todos tienen el derecho a la libertad de expresión.; este derecho incluir a la libertad de buscar, recibir y transmitir información e ideas de todo tipo, independientemente de fronteras, sea oralmente, por escrito o impreso, en forma de arte o a través de cualquier otro medio de comunicación de su elección.

En septiembre de 2011, el Comité de Derechos Humanos de las Naciones Unidas (“HRC”), como órgano de seguimiento del tratado para el PIDCP, emitió el Comentario General No.34, en relación al artículo 19.<sup>1</sup> El Comentario General No.34 constituye una interpretación oficial de las normas mínimas garantizadas por el artículo 19 del PIDCP. El ARTÍCULO 19 considera el Comentario General No.34 como siendo un esclarecimiento positivo del derecho internacional relacionado a la libertad de expresión y el acceso a la información.<sup>2</sup> Él es particularmente instructivo en una serie de cuestiones relativas a la libertad de expresión en el Internet.

Con importancia, el Comentario General No.34 afirma que el artículo 19 del PIDCP protege todas las formas de expresión y los medios de su diseminación, incluyendo todas las formas de modos de expresión electrónicos o

basados en el Internet.<sup>8</sup> En otras palabras, la protección de la libertad de expresión se aplica online de la misma forma en que se aplica off-line.

Al mismo tiempo, el Comentario General No.34 requiere que los Estados-miembros del PIDCP consideren la extensión del desenvolvimiento de las tecnologías de información, como el Internet y sistemas móviles de difusión electrónica de información, cambiarán radicalmente las prácticas de comunicación en todo el mundo.<sup>9</sup> En particular, el marco jurídico que reglamenta los medios de comunicación en masa deben llevar en consideración las diferencias entre los medios de comunicación impresa y de radiodifusión y el de Internet, al mismo tiempo en que observa las maneras en que los medios de comunicación convergen<sup>10</sup>.

### **Convención Americana de Derechos Humanos**

En el nivel regional, la libertad de expresión está protegida en los términos del artículo 13 de Convención Americana de los Derechos Humanos (CADH), que en sus partes relevantes dice el siguiente:

#### Artículo 13 - Libertad de Pensamiento y Expresión

1. Toda persona tiene el derecho a la libertad de pensamiento y de expresión. Este derecho incluye la libertad de buscar, recibir y transmitir informaciones e ideas de todo tipo, independientemente de fronteras, sea oralmente, por escrito, impreso, en forma de arte, o por cualquier otro de su elección.

2. El ejercicio del derecho previsto en el párrafo anterior no estará sujeto a la censura previa, pero estará sujeto a la imposición de responsabilidades subsecuentes, que deben ser expresamente establecidas por la ley en la medida necesaria para asegurar:

- a. respecto a los derechos o a la reputación de otras personas,
- b. protección de la seguridad nacional, orden público, o de la salud o moral pública.

3. El derecho de expresión no puede ser restringido por métodos o medios indirectos, como el abuso de controles gubernamentales o privados como la prensa, las frecuencias de radiodifusión, o equipamientos usados en la difusión de informaciones, o por cualquier otro medio con tendencia a dificultar la comunicación y la circulación de ideas e opiniones.

En 1999, el Vocero Especial de la OEA para Libertad de Expresión afirmó que la protección de la libertad de expresión en los términos del Artículo 13 de la CADH se extiende a la libertad de expresión online:

La comunidad de los Estados Americanos reconoce explícitamente la protección del derecho de libertad de expresión en la Declaración Americana de los Derechos y Deberes del Hombre a Convención Americana sobre Derechos Humanos. Esos instrumentos permiten una interpretación amplia del ámbito de la libertad de expresión. El contenido

<sup>8</sup> Comentario General n°34 del Comité de los Derechos Humanos de las Naciones Unidas, para. 12.

<sup>9</sup> Ibid., para. 17.

<sup>10</sup> Ibid., para. 39.

de Internet está cubierto por el Artículo 13 de la Convención Americana sobre Derechos Humanos. El Vocero estimula los Estados miembros a si abstenerse de la aplicación de cualquier tipo de reglamentación que pueda violar los términos de la Convención.<sup>11</sup>

Más recientemente, en enero de 2012, la Vocera especial de la OEA y el Vocero especial de la ONU sobre a libertad de opinión y expresión renovaran su apelo para una fuerte protección de la libertad de expresión en el Internet. En particular, ellos recordaran que

La legislación que regula en el Internet debe llevar en cuenta las características especiales del Internet como una herramienta única y transformadora que permite a billones de individuos ejercer su derecho a la libertad de pensamiento y expresión, como una gama de otros derechos humanos.<sup>12</sup>

Los Estados-miembro de la CADH están obligados a asegurar que sus leyes que regulan la libertad de expresión en el Internet cumplan los requisitos del artículo 13 de la CADH y lleven en cuenta las características especiales del Internet.

---

11 Ver el Vocero Especial de la OEA sobre Libertad de Expresión, Relatório Anual, Vol. 3 (1999), disponible en el sitio: <http://www.cidh.oas.org/annualrep/99eng/Volume3c.htm>

12 <http://www.oas.org/en/iachr/expression/showarticle.asp?artID=880&IID=1>

## LIMITACIONES SOBRE EL DERECHO DE LA LIBERTAD DE EXPRESIÓN

---

### Pacto Internacional sobre Derechos Civiles y Políticos

Aunque el derecho a la libertad de expresión sea un derecho fundamental, el no es garantía en condiciones absolutas. El Artículo 19, párrafo 3 del PIDCP permite que el derecho sea limitado en relación a los siguientes aspectos:

El ejercicio de los derechos previstos en el párrafo 2 de ese artículo implica en deberes y responsabilidades especiales. Por tanto, el puede ser sometido a ciertas restricciones, pero estas solo deben ser como las previstas por la ley y consideradas necesarias:

(a) Al respecto de los derechos o de la reputación de otros;

(b) Para la protección de la seguridad nacional, del orden público, de la salud o moral pública.

Restricciones al derecho a la libertad de expresión deben ser rigurosas y estrictamente bajo medida y no pueden poner en riesgo el propio derecho. Para determinar si una restricción es estrechamente adaptada, muchas veces es articulado en tres partes. Es necesario que las restricciones sean: (I) previstas por ley, (II) tengan un objetivo legítimo y (III) que ellas estén en conformidad con las rigurosas pruebas de necesidad y proporcionalidad.<sup>13</sup>

Previsto en ley: el Artículo 19, párrafo 3 del PIDCP exige que las restricciones al derecho a la libertad de expresión sean garantidas por ley. En particular, la ley debe ser formulada con precisión suficiente para permitir a un individuo regular a su conducta en conformidad.<sup>14</sup> Restricciones ambiguas o demasiado amplias de libertad de expresión son por tanto, inaceptables de acuerdo con el Artículo 19, párrafo 3.

- Previsto en ley: el artículo 19, párrafo 3 del PIDCP exige que las restricciones al derecho a la libertad de expresión sean garantidas por ley. En particular, la ley debe ser formulada con precisión suficiente para permitir a un individuo regular a su conducta en conformidad.<sup>15</sup> Restricciones ambiguas o excesivamente amplias de libertad de expresión son, por tanto, inaceptables de acuerdo con el artículo 19, párrafo 3.
- Objetivo legítimo: Interferencias al derecho a la libertad de expresión deben adoptar un objetivo legítimo, como fueron exhaustivamente enumeradas en los artículos (a) y (b) del Artículo 19, párrafo del PIDCP. Como sería inadmisibles prohibir sistemas de difusión de información pública, material simplemente basado en el hecho de que ellos lanzan un mirar crítico sobre el gobierno o sobre el sistema político social adherido por el gobierno.<sup>16</sup> De la misma manera, una restricción a la libertad de expresión no puede ser

13 Velichkin v. Belarus, Comunicación No. 1022/2001, U.N. Doc. CCPR/C/85/D/1022/2001 (2005).

14 Leonardus J.M. de Groot v. Holanda, No. 578/1994, U.N. Doc. CCPR/C/54/D/578/1994 (1995).

15 Leonardus J.M. de Groot v. Holanda, No. 578/1994, U.N. Doc. CCPR/C/54/D/578/1994 (1995).

16 Observaciones finales del Comité de Derechos Humanos sobre la República Árabe Siria CCPR/CO/84/



un pretexto para proteger el gobierno de constreñimiento o exposición de irregularidades o para ocultar informaciones sobre el funcionamiento de sus instituciones públicas o para defender una ideología en particular.

- Necesidades: los Estados participantes del PIDCP son obligados a asegurar que las restricciones legítimas sobre el derecho a la libertad de expresión sean necesarias y proporcionales. La necesidad requiere que debe haber una ley social pensada para la restricción. La parte que invoca la restricción debe enseñar una ligación derecha e inmediata entre la expresión y el interés protegido. Proporcionalidad significa que si una medida menos intrusiva es capaz de atestiguar la misma finalidad del que una más restrictiva, la medida menos restrictiva debe ser aplicada.

Los mismos principios se aplican a los formularios electrónicos de comunicación y expresión difundidos en el Internet. En particular, el Comité de Derechos Humanos de la ONU afirmó, en su Comentario General No. 34, que:

43. Cualquier restricción a la operación de sitios, blogs o cualquier otro sistema basado en el Internet, electrónico u otro sistema de divulgación de informaciones, incluyendo sistemas de apoyo a la comunicación, como proveedores de servicios de Internet o herramientas de busca, solo son admisibles en la medida en que ellos son compatibles con el párrafo 3. Restricciones admisibles en general deben ser el contenido específico; prohibiciones genéricas sobre el funcionamiento de determinados sitios y sistemas no son compatibles con el párrafo 3. También es incompatible con el párrafo 3 prohibir un sitio o un sistema de diseminación que publica el material apenas basado en el hecho de que pueda criticar el gobierno, el sistema político o social defendido por el gobierno.<sup>17</sup>.

Estos principios echan las conclusiones del Vocero Especial de la ONU sobre la promoción y protección del derecho a la libertad de opinión y de expresión, Frank La Rue, en un reciente relato del 16 de mayo de 2011.<sup>18</sup>

## **Convención Americana de Derechos Humanos**

En los términos del artículo 13 de la CADH, cualquier restricción al derecho a la libertad de expresión debe cumplir el misma prueba de tres partes como aquella del PIDCP, a saber: (I) la restricción debe ser prevista por ley, (II) la restricción debe seguir un objetivo legítimo reconocido en los términos del Artículo 13, y (III) la restricción debe ser proporcional al objetivo perseguido.

En particular, vale la pena notar que el Vocero Especial de la OEA declaró recientemente que:

Al considerar tanto la legislación nacional y los tratados internacionales, como el Acuerdo de Comercio Anti-Falsificación, los Estados deben recordar que, mientras la libertad de expresión puede ser limitada en la busca de objetivos legítimos, como la prevención del crimen o la protección de los derechos de otros, como limitaciones deben ser estrictamente adaptadas e interferir lo mínimo posible en el derecho a la

---

SYR

17 Observaciones conclusivas sobre la República Árabe Siria (CCPR/CO/84/SYR).

18 [http://www2.ohchr.org/english/bodies/hrcouncil/docs/17session/A.HRC.17.27\\_en.pdf](http://www2.ohchr.org/english/bodies/hrcouncil/docs/17session/A.HRC.17.27_en.pdf)

libertad de expresión. Cualquier medida que afecte un discurso en el Internet debe ser específicamente comprendida para preservar la capacidad única del Internet de promover la libertad de expresión, facilitando el libre cambio de informaciones e ideas instantáneamente, de forma económica y independientemente de fronteras.<sup>19</sup>

### **Declaración conjunta sobre libertad de expresión y Internet (2011)**

En junio de 2011, los cuatro relatores especiales para la protección de la libertad de expresión (notada miente ONU, OEA, OSCE e ACHPR) asignaran una Declaración Conjunta sobre la Libertad de Expresión y el Internet, que establece los principios básicos de derechos humanos que orientan la libertad de expresión online. Específicamente, ellos enfatizaran que las abordajes de reglamentación en los sectores de telecomunicaciones y de radiodifusión no pueden ser simplemente transferidas para el Internet.<sup>20</sup>

En la declaración conjunta de 2011, ellos recomiendan el desenvolvimiento de abordajes específicas para responder a contenidos ilegales online, mientras apuntan que las restricciones específicas para el material divulgado a través del Internet son desnecesarias<sup>21</sup>. Ellos también promueven el uso da autorregulación como una herramienta eficaz en la corrección del discurso dañoso<sup>22</sup>.

---

19 Ver Declaración Conjunta con el Vocero Especial de la ONU sobre Libertad de Opinión y Expresión de 2012, citado arriba en el n°21.

20 Ver declaración conjunta sobre libertad de expresión y internet, junio de 2011, disponible en: <http://www.article19.org/data/files/pdfs/press/international-mechanisms-for-promoting-freedom-of-expression.pdf>

21 Ibid.

22 Ibid.

## RESPONSABILIDAD DE LOS PROVEEDORES DE SERVICIOS DEL INTERNET

---

Intermediarios, como proveedores de servicios del Internet, herramientas de busca, plataformas de medios de comunicación social y los anfitriones del web desempeñan un papel crucial en relación al acceso al Internet y en la transmisión del contenido de terceros. Ellos pasaran a ser vistos como los gatekeepers del Internet. Para activistas del Internet, ellos son elementos esenciales del ejercicio significativo del derecho a la libertad de expresión, facilitando el libre flujo de informaciones y de ideas en todo el mundo, mientras las agencias de aplicación da ley los ven como pieza central en cualquier estrategia para combatir la actividad criminal online.

Dada la enorme cantidad de informaciones disponible en el Internet, la cual podría ser potencialmente ilegal, como por ejemplo, la ley de derechos autores, de difamación, de discurso de odio y leyes penales de protección a los niños contra la pornografía infantil, los proveedores tienen un fuerte interés en buscar la exención de responsabilidad en el Internet.

En muchos países occidentales, proveedores tienen recibido inmunidad para contenidos de terceros.<sup>23</sup> Ellos también tienen estado exento de seguimiento de contenido.<sup>24</sup> Sin embargo, fueran sometidos a procedimientos de “aviso previo y eliminación”, que los obligan a remover el contenido una vez que son notificados por particulares o agencias de aplicación da ley de que un determinado contenido es ilegal. Este sistema puede ser encontrado, por ejemplo, en la directiva sobre comercio electrónico en la UE y en el Digital Millennium Copyright Act. 1998 (Ley de Derechos de Autor Digitales Millennium - los llamados “puertos seguros”), en EUA.

Una serie de problemas fueran identificados en relación a los procedimientos de “aviso previo e remoción”. Primero, ellos muchas veces carecen de una base jurídica clara. Por ejemplo, un relató reciente de la OSCE para la Libertad de Expresión en el Internet destaca que:<sup>25</sup> Disposiciones relativas a la responsabilidad de los prestadores de servicios no son siempre claras y

---

23 Ver Artículo 15 de la directiva de comercio electrónico. En el caso reciente de la SABAM versus Scarlet Extended SA, el Tribunal de Justicia de la Unión Europea (TJUE) considero que una liminar exigiendo un ISP para instalación de un sistema de filtrar que cambiaría absolutamente, imposible que sus clientes enviase o recibiesen archivos de piezas musicales usando “peer-to-peer software” sin la permisión de los detener de los derechos los obligaría a seguir todos los lados relativos a cada uno de sus clientes, o que sería una violación de derecho a la privacidad y derecho a la libertad de recibir o transmitir información. El tribunal observo que enjuicien podría minar potencialmente la libertad de información ya que el sistema de filtrar sugerido podría no distinguir adecuadamente entre los contenidos ilegales y los lícitos, lo que resultaría, con la su introducción, en un posible bloqueo de las comunicaciones legales.

24 Relató de la OSCE, Libertad de Expresión y el Internet, julio 2011, p 30.

25 OSCE report, Freedom of Expression and the Internet, July 2011, p 30.

disposiciones de aviso previo y remoción complexos existen para la remoción de contenido del Internet dentro de un número de Estados-miembros. Cerca de 30 Estados-miembros tienen leyes basadas en la Directiva de Comercio electrónico de la UE. Sin embargo, las disposiciones de la Directiva de la UE, al envés de aliviar las políticas de nivel estatal, criaron diversas interpretaciones durante el proceso de implantación nacional. Estas diferencias surgieron luego que las disposiciones fueran aplicadas por los tribunales nacionales. Siendo estas cuestiones de la Comisión Europea, lanzo una consulta durante 2010, sobre la interpretación de las cláusulas de responsabilidad de intermediarios. Un relato de probación es esperado en 2011.

Además, esos procedimientos carecen de justicia: en vez de obtener una orden judicial exigiendo que el proveedor remueva material ilegal (lo que, por menos en principio, implicaría de una determinación judicial independiente diciendo que el material es realmente ilegal), los proveedores son obligados a actuar apenas en la palabra de una entidad privada u organismo público. Eso es problemático porque los intermediarios tienden a equivocarse por cautela remover de material que puede ser perfectamente legítimo y legal. Como el Vocero Especial de la ONU sobre libertad de expresión recientemente observo:<sup>26</sup>

Disposiciones relativas a la responsabilidad de los prestadores de servicios no son siempre claras y disposiciones de aviso previo y remoción complexos existen para la remoción de contenido del Internet dentro de un número de Estados-miembros. Cerca de 30 Estados-miembros tienen leyes basadas en la Directiva de Comercio electrónico de la UE. Sin embargo as disposiciones de la Directiva de la UE, a envés de alinear las políticas de nivel estadual, criaran divergencias de interpretación durante el proceso de implantación nacional. Estas diferencias surgirán luego que las disposiciones fueran aplicadas por los tribunales nacionales. Consciente de estas cuestiones, la Comisión Europea lanzo una consulta durante 2010, sobre la interpretación de las cláusulas de responsabilidad de intermediarios. Un relatório de avaliacion es esperado en 2011.

De acuerdo con los cuatro relatores especiales para la libertad de expresión, en su Declaración Conjunta 2011 sobre la Libertad de Expresión y el Internet,

(I) Nadie debe ser responsabilizado por contenido producido por otros en la prestación de servicios técnicos, como acceso, busca, transmisión o almacenamiento en cache de información;<sup>27</sup>

(II) La responsabilidad solo debe ser atribuida si el intermediario a intervenido específicamente en el contenido publicado online;<sup>28</sup>

(III) proveedores y otros intermediarios solo deben ser obligados a remover contenido mediante una orden judicial, al contrario de la práctica de aviso previo e remoción.<sup>29</sup>

<sup>26</sup> Ver el Vocero Especial sobre la Libertad de Expresión de la ONU, citada arriba en la nota 11, para. 42.

<sup>27</sup> Nota Supra 17.

<sup>28</sup> Ibid.

<sup>29</sup> Ibid.

De la misma forma, el Vocero Especial de la ONU sobre libertad de expresión declaró que:

Medidas de censura nunca deben ser delegadas a una entidad privada y nadie debe ser responsabilizado por contenido en el Internet del cual no sea el autor. De hecho, ningún Estado debería usar la fuerza de proveedores a realizar censura en su nombre.<sup>30</sup>

El recomendó aunque, a fin de evitar la violación del derecho a la libertad de expresión y el derecho a la privacidad, los intermediarios deben:<sup>31</sup>

Apenas implantar restricciones a estos derechos después intervención judicial, serían transparentes con el usuario envuelto a respecto de las medidas tomadas, cuando fuera aplicable al público en general; fortalecer si posible, asesoría a los usuarios antes de aplicación de medidas restrictivas y minimizar el impacto de las restricciones estrictamente al contenido envuelto.

Finalmente, el Vocero Especial enfatizó la necesidad de soluciones eficaces para usuarios afectados, incluyendo la posibilidad de recurso a través de los procedimientos previstos por el proveedor y por una autoridad judicial competente.<sup>32</sup>

### **Vigilancia de comunicaciones**

La garantía del derecho a la privacidad en las comunicaciones online es esencial para asegurar que los individuos tengan la confianza para ejercer libremente su derecho a libertad de expresión. La vigilancia en masa de comunicaciones online, por tanto, levanta preocupaciones significativas cuanto al derecho a la privacidad y la libertad de expresión.

El derecho de comunicaciones privadas es fuertemente protegido por el derecho internacional a través del Artículo 17 del PIDCP, el cual afirma que:

1. Nadie estará sujeto a interferencias arbitrarias o ilegales en su privacidad, familia, hogar, correspondencia, ni a ofensas ilegales a su honra y reputación.
2. Toda persona tiene derecho a la protección de la ley contra interferencias o ataques.

En el Comentario General No.16 sobre el derecho a la privacidad, el Comité de Derechos Humanos de la ONU esclareció que:

3. El término “ilegal” significa que ninguna interferencia podrá suceder a no ser en casos previstos por la ley. Interferencia autorizada por Estados solo puede suceder con base en la ley, a cual debe estar de acuerdo con las disposiciones, propósitos y objetivos del Pacto.

El Comité continúa explicando que:

---

30 Ver el Vocero Especial de la ONU sobre la Libertad de Opinión y Expresión, citada arriba en la nota 26, para. 43.

31 Ibid. para. 47.

32 Ibid.

4. La expresión “interferencia arbitraria” es también relevante para la protección del derecho previsto en el Artículo 17. En la opinión del Comité, la expresión “interferencia arbitraria” también puede extenderse a interferencias previstas en la ley. La introducción del concepto de arbitrariedad garantiza que mismo la interferencia prevista por ley debe estar en conformidad con las disposiciones, propósitos y objetivos del Pacto y debe ser, en cualquier caso, razonable en las circunstancias particulares.

El Comité afirma:

8. Mismo en relación a las interferencias que están en conformidad con el Pacto, la legislación pertinente debe especificar en detalle las circunstancias precisas en que tales interferencias pueden ser permitidas. La decisión de hacer uso de tal interferencia autorizada debe ser hecha apenas por la autoridad designada en los términos de la ley y con base en el caso.

El Vocero Especial de la ONU sobre la promoción y protección de los derechos humanos y libertades fundamentales, mientras contestaba el terrorismo, argumento que, así como las restricciones sobre el derecho a la libertad de expresión bajo el artículo 19, las restricciones al derecho a la privacidad en los términos del Artículo 17 del PIDCP deben ser interpretadas como asunto para el pruebas de tres partes.<sup>33</sup>

El Artículo 17 del Pacto debe también ser interpretado como conteniendo los referidos elementos de una prueba de limitaciones permitidas. Restricciones que no están previstas en la ley son “ilegales” en la acepción del Artículo 17 y las restricciones que están lejos de ser necesarias o que no sirven en un objetivo legítimo constituyen una interferencia “arbitraria” con los derechos previstos en el Artículo 17.

El Vocero Especial aun definió el ámbito de las restricciones legítimas sobre el derecho a la privacidad de la siguiente forma:<sup>34</sup>

Estados pueden hacer uso de medidas de vigilancia específicas desde que sea un caso específico de interferencia, con base en un mandato emitido por un juez en la muestra de causa probable o motivos razonables. Debe haber alguna base actual relacionada al comportamiento de un individuo, lo que justifica la sospecha de que el pueda estar envuelto en la preparación de un ataque terrorista.

La falta de la capacidad de los individuos de comunicarse reservadamente afecta substancialmente su libertad de derechos de expresión. En su relató del 16 de mayo de 2011, el Vocero Especial de la ONU sobre la Libertad de Opinión y Expresión expuso sus preocupaciones de que:

53. El Internet también presenta nuevas herramientas y mecanismos a través de los cuales tanto el Estado igual que los agentes privados pueden monitorear y coleccionar informaciones sobre las comunicaciones y actividades de los individuos en la Internet. Tales prácticas pueden constituir una violación del derecho a la privacidad de

33 Ver el Vocero Especial sobre la promoción y protección de los derechos humanos y libertades fundamentales, mientras contesta el terrorismo, Martin Scheinin A/HRC/13/37, 28 de diciembre de 2009.

34 Ibid., para. 21

los usuarios del Internet y al disminuir la confianza de las personas y de la seguridad en el Internet, impedir el libre flujo de informaciones e ideas online.

El Vocero Especial de la Libertad de Expresión observo aunque:

59. El derecho a la privacidad puede estar sujeto a restricciones o limitaciones en ciertas circunstancias excepcionales. Eso puede incluir medidas estatales de vigilancia para fines de administración de justicia criminal, prevención del crimen o no combate al terrorismo. Sin embargo, tal interferencia es permitida apenas si los criterios para limitaciones permisibles bajo la ley internacional de derechos humanos fueran cumplidos. Así, debe haber una ley que defina claramente las condiciones en que el derecho de los individuos a la privacidad pueda ser limitado en circunstancias excepcionales y las medidas de usurpar este derecho sean tomadas con base en una decisión específica por una autoridad del Estado expresamente autorizada por ley a hacerlo, en general Ejecutivo, con la finalidad de proteger los derechos de los otros, como por ejemplo, asegurar pruebas para evitar la ejecución de un crimen y debe respetar el principio de la proporcionalidad.

En particular, el Vocero Especial recomendó que los Estados deban asegurar que los individuos puedan se expresar anónimamente online y que se abstengan de adoptar sistemas de registro con nombre real.<sup>35</sup>

---

35 Ibid., para. 84.

## ACCESO AL INTERNET

---

El Internet se convirtió en un requisito básico para el ejercicio de la libertad de expresión. Él es también necesario para el ejercicio significativo de otros derechos y libertades, como la libertad de asamblea. Estados están, por tanto, bajo una obligación positiva de promover y facilitar el acceso al Internet. El Vocero Especial de la ONU sobre la Libertad de Expresión, Frank La Rue, así declaró recientemente:<sup>36</sup>

Dado que el Internet se tornó una herramienta indispensable para la realización de una serie de derechos humanos, combatiendo la desigualdad y acelerando el desenvolvimiento y progreso humano, garantiza el acceso universal al Internet debe ser una prioridad para todos los Estados.

El Vocero Especial recomendó que los Estados elaborasen políticas concretas envolviendo todos los interesados con vista a asegurar el acceso universal, eso es, cambiar el Internet ampliamente disponible y accesible a todos los segmentos de la población. En particular, es sugerido que los Estados deben trabajar en asociación con el sector privado para garantizar la conectividad de Internet en todas las localidades habitadas, inclusive en áreas rurales remotas. El observo aunque los Estados podrían subsidiar los servicios de Internet y hardware de bajo costo.

De la misma forma, los cuatro relatos especiales para la libertad de expresión articularan una serie de principios en relación al acceso a la Internet en la Declaración Conjunta de 2011 sobre la Libertad de Expresión y el Internet, con el siguiente contenido:

### 6. Acceso al Internet

a. Dado el efecto al derecho a la libertad de expresión, se impone una obligación a los Estados de promover el acceso universal al Internet. El acceso al Internet es también necesario para promover el respecto a otros derechos, como el derecho a la educación, a la salud y al trabajo, el derecho de reunión, de asociación y el derecho a elecciones libres.

b. Cortar el acceso al Internet, o partes del Internet, para poblaciones enteras o segmentos del público (desligando el Internet) nunca podrá ser justificado, inclusive sobre la orden pública o razones de seguridad nacional. El mismo se aplica a reducción de velocidad impuesta al Internet o partes del Internet.

c. Negar el derecho de acceso al Internet las personas como un castigo es una medida extrema, que podría ser justificada apenas cuando medidas menos restrictivas no están disponibles y cuando ordenadas por un tribunal, llevando en cambio el impacto de esta medida sobre el placer de los derechos humanos.

---

<sup>36</sup> Ver Relato del Vocero Especial sobre Libertad de Expresión de 10 de Agosto de 2011, disponible aquí: <http://www.ohchr.org/Documents/Issues/Opinion/A.66.290.pdf>



d. Otras medidas que limitan el acceso al Internet, como la imposición de un registro o de otros requisitos a los prestadores de servicios, no son legítimas a menos que estén en conformidad con pruebas de restricciones a libertad de expresión bajo la ley internacional.

e. Los Estados tienen una obligación positiva de facilitar el acceso universal al Internet. En lo mínimo, los Estados deben:

I. Implantar mecanismos de regulación - que pueden incluir regímenes de precios, los requisitos de servicio universal y contrato de licencias - promoviendo un mayor acceso al Internet, inclusive para los pobres y necesitados en las zonas rurales lejanas.

II. Prestar apoyo derecho para facilitar el acceso, inclusive estableciendo centros de TIC basados en la comunidad e otros puntos de acceso público.

III. Promover la concientización adecuada sobre cómo usar el Internet y los beneficios que él puede traer, especialmente entre los pobres, niños y ancianos y poblaciones rurales aisladas.

IV. Poner en práctica medidas especiales para garantizar el acceso equitativo al Internet para deficientes y para personas desfavorecidas.

f. Para realizar lo de arriba citado, los Estados deben adoptar planos plurianuales detallados de acción para ampliar el acceso al Internet que incluyan objetivos claros y específicos, bien como normas de transparencia, de información pública y sistemas de monitoreo.

A partir de una perspectiva comparada, también debe ser observado que algunos países occidentales reconocieron expresamente el derecho al acceso al Internet en su legislación nacional o no. Por ejemplo, el Consejo Constitucional francés declaró en 2009 que el acceso al Internet es un derecho fundamental. En la Finlandia, un decreto fue aprobado en 2009 el cual prevé que todas las conexiones del Internet necesitan tener una velocidad de por lo menos un Megabyte por segundo. El acceso al Internet es también reconocido como un derecho humano básico en la Estonia desde 2000.

### **Neutralidad de la red**

Un componente importante del derecho de acceso al Internet es el principio de la neutralidad de la red. El protege el derecho de los consumidores de acceder al contenido, aplicativos, servicios y hardware de su elección, sin restricciones por parte de los proveedores de servicios del Internet o gobiernos.

El principio de la neutralidad de la red requiere que todo el tráfico de Internet sea tratado igualmente, ósea, sin discriminación con base en el contenido, dispositivo, autor, origen o destino del contenido, servicio aplicación. Eso significa que proveedores de servicios del Internet o gobiernos no deben ser autorizados a utilizar su control sobre la infraestructura del Internet o su poder de mercado para bloquear contenido, priorizar, disminuir la velocidad de acceso a determinadas aplicaciones o servicios, como la transmisión colega-

para-colega.

En otras palabras, la neutralidad de la red es esencial para preservar la infraestructura y la abertura de Internet. Ella es también esencial para compartir de informaciones y ideas en la Internet, como garantía por ley internacional de los derechos humanos. Por esta razón, los cuatro relatos especiales sobre la libertad de expresión aprobaron un conjunto de principios en relación a la neutralidad de la red en su Declaración Conjunta de 2011 sobre la Libertad de Expresión y el Internet. En particular, ellos declaran lo siguiente:<sup>37</sup>

Neutralidad de la Rede

a. No debe haber ninguna discriminación en el tratamiento de datos y tráfico del Internet, con base en el dispositivo, contenido, autor, origen y/o destino del contenido, servicio o aplicación.

b. Proveedores de Internet deben ser obligados a mantener transparencia sobre todo el tráfico o prácticas de gestan de informaciones que ellos emplean y informaciones relevantes sobre tales prácticas deben ser disponibilidades de una forma que sea accesible a todos los interesados.

La adopción de cualquier reglas de neutralidad de la red en nivel nacional debe reflejar esos estándares. En este sentido, la reciente ley chilena sobre la neutralidad de la red ofrece un ejemplo positivo en la medida en que da garantías bastante para gentes contra las prácticas discriminatorias por proveedores<sup>38</sup>.

En particular, es importante para garantizar que existan protecciones suficientes contra la discriminación entre diferentes tipos de servicios de Internet, tales como la banda ancha fija y móvil. Por ejemplo, el ARTICULO 19 critico las reglas adoptadas por la Comisión Federal de Comunicación de los Estados Unidos de América en diciembre de 2010, una vez que ella no fortaleció garantías suficientes a ese respecto.<sup>39</sup> La Unión Europea actualmente está considerando la adopción de reglas de neutralidad de la red.

---

37 Ver Declaracion Conjunta de 2011 citada arriba em la nota 17.

38 Ver [http://www.subtel.gob.cl/prontus\\_subtel/site/artic/20100826/pags/20100826145847.html](http://www.subtel.gob.cl/prontus_subtel/site/artic/20100826/pags/20100826145847.html)

39 To read more about ARTICLE 19's concerns with the FCC rules, please go to: <http://www.article19.org/resources.php/resource/2824/en/net-neutrality:-stronger-rules-needed-in-us-and-eu>

## SEGURIDAD CIBERNÉTICA Y RESPECTO POR LOS DERECHOS HUMANOS

---

Las resoluciones y los instrumentos internacionales para seguridad cibernética reconocen la importancia de balancear los imperativos para la seguridad con los derechos humanos fundamentales, particularmente el derecho a la libertad de expresión.

La Resolución de la Asamblea General da ONU sobre la “Creación de una cultura global de seguridad cibernética” afirma que la “seguridad debe ser implementada de manera consistente con los valores reconocidos por las sociedades democráticas, incluyendo la libertad de cambiar pensamientos e ideas, el flujo libre de información, la confidencialidad de información y comunicación, la protección adecuada de la apertura, transparencia e información personal.”<sup>40</sup>

De una perspectiva comparada, la ARTIGO 19 también nota que el preámbulo de la Convención del Consejo Europeo sobre Cibercrimes (2001) afirma que las partes deben tener en cuenta “la necesidad de garantizar un equilibrio adecuado entre los intereses de la aplicación de la ley y el respeto por los derechos fundamentales del ser humano (...) que reafirman el derecho a la libertad de opinión sin cualquier injerencia, el derecho a la libertad de expresión, incluyendo la libertad de buscar, de recibir y transmitir informaciones e ideas de cualquier natura sin consideraciones de fronteras y, aun, el derecho al respeto por la vida privada.”<sup>41</sup> Eso es apoyado por el artículo 15 de la Convención de Cibercrimes, que afirma que los poderes y procedimientos previstos en la Convención “debe[n] asegurar una protección adecuada de los derechos del Hombre y de las libertades”, haciendo referencia tanto al PIDCP, cuanto a la Convención para la Protección de los Derechos Humanos y Libertades Fundamentales.

Es importante resaltar que la Convención del Consejo Europeo sobre Cibercrimes no contienen ninguna restricción basada en contenidos, con excepción de aquellas relacionadas a pornografía infantil. La posibilidad de haber persecución de disidencias políticas por intermedio de leyes nacionales contra Cibercrimes es reconocida en la Convención en su artículo 27(4)(a), que permite que Estados recusen prestar asistencia a otros Estados partes, caso sea percibido que el pedido está relacionado a persecuciones de sello político. Con 32 Estados partes, la Convención tiene el mayor número de miembros entre todos los instrumentos de derecho internacional sobre la materia.

---

40 Ver A/RES/57/239, 31 de jan. de 2003; disponible en: [http://www.itu.int/ITU-D/cyb/cybersecurity/docs/UN\\_resolution\\_57\\_239.pdf](http://www.itu.int/ITU-D/cyb/cybersecurity/docs/UN_resolution_57_239.pdf)

41 Convenio sobre cibercriminalidad, Budapest, 23.XI.2001; disponible en: <http://conventions.coe.int/Treaty/en/Treaties/html/185.htm>. [http://www.coe.int/t/dghl/standardsetting/t-cy/ETS\\_185\\_Portugese.pdf](http://www.coe.int/t/dghl/standardsetting/t-cy/ETS_185_Portugese.pdf)

## **DECLARACIÓN CONJUNTA SOBRE LIBERTAD DE EXPRESIÓN Y INTERNET**

---

Washington D.C., 1 de junio de 2011 — La necesidad de proteger y promover Internet y los límites del Estado a la hora de regular este medio fueron puestos de presente en una declaración conjunta firmada este 1º de junio por los relatores especiales de libertad de expresión de las Américas, Europa, África, y las Naciones Unidas.

En efecto, el Relator Especial de Naciones Unidas (ONU) para la Libertad de Opinión y de Expresión, Frank LaRue; la Relatora Especial para la Libertad de Expresión de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos (CIDH) de la Organización de Estados Americanos (OEA), Catalina Botero Marino; la Representante de la Organización para la Seguridad y la Cooperación en Europa (OSCE) para la Libertad de los Medios de Comunicación, Dunja Mijatovic; y la Relatora Especial sobre Libertad de Expresión y Acceso a la Información de la Comisión Africana de Derechos Humanos y de los Pueblos (CADHP), Faith Pansy Tlakula; emitieron una declaración conjunta en la que establecen lineamientos para proteger la libertad de expresión en Internet.

En la Declaración Conjunta los cuatro relatores sostienen que los Estados tienen la obligación de promover el acceso universal a Internet y no pueden justificar bajo ninguna razón la interrupción de ese servicio a la población, ni siquiera por razones de orden público o seguridad nacional. En principio, cualquier medida que limite el acceso a la red es ilegítima, a menos que cumpla con los estrictos requisitos que establecen los estándares internacionales para ese tipo de acciones.

Los relatores establecen que la libertad de expresión debe ser aplicada a Internet del mismo modo que al resto de medios de comunicación. En ese sentido, cualquier restricción que se imponga debe cumplir con los estándares internacionales vigentes, como estar expresamente fijada por la ley, perseguir una finalidad legítima reconocida por el derecho internacional y ser necesarias para alcanzar dicha finalidad.

Acciones como el bloqueo obligatorio de sitios Web constituye una acción extrema que solo podría ser justificada conforme a estándares internacionales, como proteger del abuso sexual a menores de edad. También son acciones incompatibles con la libertad de expresión los sistemas de filtrado de contenido que no pueden ser controlados por los usuarios, impuestos por gobiernos o proveedores comerciales.

Los intermediarios de servicios de Internet, de acuerdo con la declaración, no deberán ser responsables por los contenidos generados por terceros y tampoco se les deberá exigir controlar el contenido generado por los usuarios. Solo serán

responsables cuando omiten la exclusión de un contenido, en cumplimiento de una orden judicial legítima, proferida de conformidad con el debido proceso, y siempre que tengan la capacidad técnica para llevarlo a cabo. A los intermediarios se les debe exigir ser transparentes acerca de las prácticas en la gestión del tráfico o la información y no aplicar ningún tipo de discriminación en el tratamiento de los datos o el tráfico.

En cuanto a las responsabilidades penales y civiles, la declaración señala que la competencia para resolver conflictos originados por contenidos en la red debería corresponder a los Estados que tengan más cercanía con la causa. Además, los particulares que se sientan afectados por un contenido difundido en la red solo deberían poder iniciar acciones judiciales en la jurisdicción donde demuestren haber sufrido un perjuicio sustancial.

Finalmente, los relatores recomiendan a los Estados adoptar planes de acción detallados para cumplir con el deber de garantizar el acceso universal a Internet, especialmente para los sectores excluidos como las personas pobres, con discapacidad, o que habitan en zonas rurales alejadas.

A continuación, el texto de la Declaración Conjunta:

### **Mecanismos internacionales para la promoción de la libertad de expresión**

#### **Declaración Conjunta Sobre Libertad de Expresión y Internet**

El Relator Especial de las Naciones Unidas (ONU) para la Libertad de Opinión y de Expresión, la Representante para la Libertad de los Medios de Comunicación de la Organización para la Seguridad y la Cooperación en Europa (OSCE), la Relatora Especial de la Organización de Estados Americanos (OEA) para la Libertad de Expresión y la Relatora Especial sobre Libertad de Expresión y Acceso a la Información de la Comisión Africana de Derechos Humanos y de los Pueblos (CADHP).

Habiendo analizado estas cuestiones conjuntamente con la colaboración de ARTÍCULO 19, Campaña Mundial para la Libertad de Expresión (ARTICLE 19, Global Campaign for Free Expression) y el Centro para la Libertad y la Democracia (Centre for Law and Democracy);

Recordando y reafirmando nuestras Declaraciones Conjuntas del 26 de noviembre de 1999, el 30 de noviembre de 2000, el 20 de noviembre de 2001, el 10 de diciembre de 2002, el 18 de diciembre de 2003, el 6 de diciembre de 2004, el 21 de diciembre de 2005, el 19 de diciembre de 2006, el 12 de diciembre de 2007, el 10 de diciembre de 2008, el 15 de mayo de 2009 y el 3 de febrero de 2010;

Enfatizando, una vez más, la importancia fundamental de la libertad de expresión – incluidos los principios de independencia y diversidad – tanto en sí misma como en cuanto herramienta esencial para la defensa de todos

los demás derechos, como elemento fundamental de la democracia y para el avance de los objetivos de desarrollo;

Destacando el carácter transformador de Internet, como medio que permite que miles de millones de personas en todo el mundo expresen sus opiniones, a la vez que incrementa significativamente su capacidad de acceder a información y fomenta el pluralismo y la divulgación de información;

Atentos al potencial de Internet para promover la realización de otros derechos y la participación pública, asó como para facilitar el acceso a bienes y servicios;

Celebrando el notable crecimiento del acceso a Internet en casi todos los países y regiones del mundo, y observando a la vez que miles de millones de personas aún no tienen acceso a Internet o cuentan con formas de acceso de menor calidad;

Advirtiendo que algunos gobiernos han actuado o adoptado medidas con el objeto específico de restringir indebidamente la libertad de expresión en Internet, en contravención al derecho internacional;

Reconociendo que el ejercicio de la libertad de expresión puede estar sujeto a aquellas restricciones limitadas que estén establecidas en la ley y que resulten necesarias, por ejemplo, para la prevención del delito y la protección de los derechos fundamentales de terceros, incluyendo menores, pero recordando que tales restricciones deben ser equilibradas y cumplir con las normas internacionales sobre el derecho a la libertad de expresión;

Preocupados porque, aun cuando se realicen de buena fe, muchas de las iniciativas de los gobiernos en respuesta a la necesidad antes mencionada no toman en cuenta las características especiales de Internet y, como resultado, restringen de manera indebida la libertad de expresión;

Considerando los mecanismos del enfoque multisectorial del Foro para la Gobernanza de Internet de la ONU;

Conscientes del amplio espectro de actores que participan como intermediarios de Internet —y brindan servicios como acceso e interconexión a Internet, transmisión, procesamiento y encaminamiento del tráfico en Internet, alojamiento de material publicado por terceros y acceso a este, referencia a contenidos o búsqueda de materiales en Internet, transacciones financieras y facilitación de redes sociales— y de los intentos de algunos Estados de responsabilizar a estos actores por contenidos nocivos o ilícitos;

Adoptamos, el 1 de junio de 2011, la siguiente Declaración Conjunta sobre Libertad de Expresión e Internet:

1. Principios generales

- a. La libertad de expresión se aplica a Internet del mismo modo que a

todos los medios de comunicación. Las restricciones a la libertad de expresión en Internet solo resultan aceptables cuando cumplen con los estándares internacionales que disponen, entre otras cosas, que deberán estar previstas por la ley y perseguir una finalidad legítima reconocida por el derecho internacional y ser necesarias para alcanzar dicha finalidad (la prueba “tripartita”).

b. Al evaluar la proporcionalidad de una restricción a la libertad de expresión en Internet, se debe ponderar el impacto que dicha restricción podría tener en la capacidad de Internet para garantizar y promover la libertad de expresión respecto de los beneficios que la restricción reportaría para la protección de otros intereses.

c. Los enfoques de reglamentación desarrollados para otros medios de comunicación – como telefonía o radio y televisión – no pueden transferirse sin más a Internet, sino que deben ser diseñados específicamente para este medio, atendiendo a sus particularidades.

d. Para responder a contenidos ilícitos, debe asignarse una mayor relevancia al desarrollo de enfoques alternativos y específicos que se adapten a las características singulares de Internet, y que a la vez reconozcan que no deben establecerse restricciones especiales al contenido de los materiales que se difunden a través de Internet.

e. La autorregulación puede ser una herramienta efectiva para abordar las expresiones injuriosas y, por lo tanto, debe ser promovida.

f. Deben fomentarse medidas educativas y de concienciación destinadas a promover la capacidad de todas las personas de efectuar un uso autónomo, independiente y responsable de Internet (“alfabetización digital”).

## 2. Responsabilidad de intermediarios

a. Ninguna persona que ofrezca únicamente servicios técnicos de Internet como acceso, búsquedas o conservación de información en la memoria caché deberá ser responsable por contenidos generados por terceros y que se difundan a través de estos servicios, siempre que no intervenga específicamente en dichos contenidos ni se niegue a cumplir una orden judicial que exija su eliminación cuando esté en condiciones de hacerlo (“principio de mera transmisión”).

b. Debe considerarse la posibilidad de proteger completamente a otros intermediarios, incluidos los mencionados en el preámbulo, respecto de cualquier responsabilidad por los contenidos generados por terceros en las mismas condiciones establecidas en el párrafo 2(a). Como mínimo, no se debería exigir a los intermediarios que controlen el contenido generado por usuarios y no deberían estar sujetos a normas extrajudiciales sobre cancelación de contenidos que no ofrezcan suficiente protección para

la libertad de expresión (como sucede con muchas de las normas sobre “notificación y retirada” que se aplican actualmente).

### 3. Filtrado y bloqueo

a. El bloqueo obligatorio de sitios web enteros, direcciones IP, puertos, protocolos de red o ciertos tipos de usos (como las redes sociales) constituye una medida extrema – análoga a la prohibición de un periódico o una emisora de radio o televisión – que solo podría estar justificada conforme a estándares internacionales, por ejemplo, cuando sea necesaria para proteger a menores del abuso sexual.

b. Los sistemas de filtrado de contenidos impuestos por gobiernos o proveedores de servicios comerciales que no sean controlados por el usuario final constituyen una forma de censura previa y no representan una restricción justificada a la libertad de expresión.

c. Se debe exigir que los productos destinados a facilitar el filtrado por los usuarios finales estén acompañados por información clara dirigida a dichos usuarios acerca del modo en que funcionan y las posibles desventajas si el filtrado resulta excesivo.

### 4. Responsabilidad penal y civil

a. La competencia respecto de causas vinculadas con contenidos de Internet debería corresponder exclusivamente a los Estados con los que tales causas presenten los contactos más estrechos, normalmente debido a que el autor reside en ese Estado, el contenido se publicó desde allí y/o este se dirige específicamente al Estado en cuestión. Los particulares solo deberían poder iniciar acciones judiciales en una jurisdicción en la que puedan demostrar haber sufrido un perjuicio sustancial (esta norma busca prevenir lo que se conoce como “turismo de la difamación”).

b. Las normas de responsabilidad, incluidas las exclusiones de responsabilidad, en los procedimientos civiles, deberían tener en cuenta el interés general del público en proteger tanto la expresión como el foro en el cual se pronuncia (es decir, la necesidad de preservar la función de “lugar público de reunión” que cumple Internet).

c. En el caso de contenidos que hayan sido publicados básicamente con el mismo formato y en el mismo lugar, los plazos para la interposición de acciones judiciales deberían computarse desde la primera vez que fueron publicados y solo debería permitirse que se presente una única acción por daños respecto de tales contenidos y, cuando corresponda, se debería permitir una única reparación por los daños sufridos en todas las jurisdicciones (regla de la “publicación única”).

### 5. Neutralidad de la red

a. El tratamiento de los datos y el tráfico de Internet no debe ser objeto de ningún tipo de discriminación en función de factores como dispositivos,



contenido, autor, origen y/o destino del material, servicio o aplicación.

b. Se debe exigir a los intermediarios de Internet que sean transparentes respecto de las prácticas que emplean para la gestión del tráfico o la información, y cualquier información relevante sobre tales prácticas debe ser puesta a disposición del público en un formato que resulte accesible para todos los interesados.

## 6. Acceso a Internet

a. Los Estados tienen la obligación de promover el acceso universal a Internet para garantizar el disfrute efectivo del derecho a la libertad de expresión. El acceso a Internet también es necesario para asegurar el respeto de otros derechos, como el derecho a la educación, la atención de la salud y el trabajo, el derecho de reunión y asociación, y el derecho a elecciones libres.

b. La interrupción del acceso a Internet, o a parte de este, aplicada a poblaciones enteras o a determinados segmentos del público (cancelación de Internet) no puede estar justificada en ningún caso, ni siquiera por razones de orden público o seguridad nacional. Lo mismo se aplica a las medidas de reducción de la velocidad de navegación de Internet o de partes de este.

c. La negación del derecho de acceso a Internet, a modo de sanción, constituye una medida extrema que solo podría estar justificada cuando no existan otras medidas menos restrictivas y siempre que haya sido ordenada por la justicia, teniendo en cuenta su impacto para el ejercicio de los derechos humanos.

d. Otras medidas que limitan el acceso a Internet, como la imposición de obligaciones de registro u otros requisitos a proveedores de servicios, no son legítimas a menos que superen la prueba establecida por el derecho internacional para las restricciones a la libertad de expresión.

e. Los Estados tienen la obligación positiva de facilitar el acceso universal a Internet. Como mínimo, los Estados deberían:

i. Establecer mecanismos regulatorios —que contemplen regímenes de precios, requisitos de servicio universal y acuerdos de licencia— para fomentar un acceso más amplio a Internet, incluso de los sectores pobres y las zonas rurales más alejadas.

ii. Brindar apoyo directo para facilitar el acceso, incluida la creación de centros comunitarios de tecnologías de la información y la comunicación (TIC) y otros puntos de acceso público.

iii. Generar conciencia sobre el uso adecuado de Internet y los beneficios que puede reportar, especialmente entre sectores pobres, niños y ancianos, y en las poblaciones rurales aisladas.

iv. Adoptar medidas especiales que aseguren el acceso equitativo

a Internet para personas con discapacidad y los sectores menos favorecidos.

f. A fin de implementar las medidas anteriores, los Estados deberían adoptar planes de acción detallados de varios años de duración para ampliar el acceso a Internet, que incluyan objetivos claros y específicos, así como estándares de transparencia, presentación de informes públicos y sistemas de monitoreo.

## INTRODUCTION

---

The right to freedom of expression and information is a fundamental and necessary condition for the promotion and protection of all human rights in a democratic society. The development of information and communication technologies in the past few decades has revolutionised the way in which people communicate and express their ideas. The Internet is now part of everyday life for millions around the world and has thus become a basic requirement for the meaningful exercise of the right to freedom of expression. At the same time, new forms of censorship have appeared which threaten the free flow of information online. The infrastructure needed to access the Internet and the skills necessary to operate online can lead to the exclusion of some groups from this revolution. Faced with these challenges, national legislation and policies can either promote the free flow of information and ideas online or stifle it. This document addresses these crucial issues for freedom of expression online.

Freedom of expression is a fundamental right which is recognised in many international human rights instruments. These international standards are fully applicable both offline and online. Any restriction on freedom of expression online must therefore be provided by law, pursue a legitimate objective, and be necessary and proportionate. In addition, international standards have been developed to address more specific issues raised by the Internet, such as the right of access to the Internet and the net neutrality principle.

As an organization that seeks to defend the rights to freedom of expression and freedom of information around the world, ARTICLE 19 has been at the forefront of the protection of Internet freedoms worldwide. Based on international human rights standards for the protection of freedom of expression, we have analyzed a number of laws or draft laws in the field of information communication technology (ICT) in several countries in different continents, including in Bolivia,<sup>1</sup> Venezuela,<sup>2</sup> Iran<sup>3</sup>, Pakistan<sup>4</sup> and Tunisia<sup>5</sup>. In Brazil, we commented on

---

1 ARTICLE 19, Analysis of the Bolivian Law of Information and Communication Technologies, February 2012, available at: <http://www.article19.org/resources.php/resource/2950/en/bolivia:-law-on-telecommunications-and-information-and-communication-technologies>

2 ARTICLE 19, Analysis of the Social Responsibility Act for Radio, Television and Electronic Media in Venezuela, December 2011, available at <http://www.article19.org/resources.php/resource/2894/en/venezuela:-law-on-social-responsibility-of-radio,-television-and-electronic-media>

3 ARTICLE 19, Analysis of the Computer Crimes Law of the Islamic Republic of Iran, January 2012, available at: <http://www.article19.org/azad-resources.php/resource/2921/en/islamic-republic-of-iran-computer-crimes-law>

4 ARTICLE 19, Analysis of the Telecommunications Act in Pakistan, January 2012; available at: <http://www.article19.org/data/files/medialibrary/2949/12-02-02-pakistan.pdf>

5 ARTICLE 19, Analysis of online freedom in Tunisia, March 2012; available at: <http://www.article19.org/resources.php/resource/3014/en/tunisia:-internet-regulation>

the Draft Cybercrime Bill in January 2012<sup>6</sup> and the Civil Rights Framework for the Internet in July 2012.<sup>7</sup>

International standards on freedom of expression online are vital for civil society takes action in formulating recommendations for better policy-making and drawing attention to the best practices around the world to ensure that internet freedom is preserved. It is with this in mind that ARTICLE 19 has prepared this document, which we hope will prove useful for our partners and policy makers in drawing up the future of the Internet.

ARTICLE 19 believes that for the Internet to remain a vibrant space for the exchange of information and ideas, the above standards should be fully reflected in legislation and policies regarding the Internet. This, in our view, would be the best way to guarantee freedom of expression online for all.

---

6 ARTICLE 19, Analysis of the Draft Cybercrimes Law of Brazil, January 2012; available at <http://www.article19.org/resources.php/resource/2946/en/brazil:-draft-cybercrimes-law>

7 ARTICLE 19, Analysis of the Civil Rights Framework for the Internet, July 2012, available at: <http://www.article19.org/resources.php/resource/3389/en/brazil:-civil-rights-framework-for-the-internet>

# THE PROTECTION OF FREEDOM OF EXPRESSION UNDER INTERNATIONAL LAW

---

## Universal Declaration on Human Rights

Article 19 of the Universal Declaration of Human Rights (UDHR)<sup>8</sup> guarantees the right to freedom of expression in the following terms:

Everyone has the right to freedom of opinion and expression; this right includes the right to hold opinions without interference and to seek, receive, and impart information and ideas through any media and regardless of frontiers.

The UDHR, as a UN General Assembly Resolution, is not directly binding on states. However, parts of it, including Article 19, are widely regarded as having acquired legal force as customary international law since its adoption in 1948.<sup>9</sup>

## International Covenant on Civil and Political Rights

The International Covenant on Civil and Political Rights (ICCPR) elaborates upon and gives legal force to many of the rights articulated in the UDHR. The ICCPR binds its 167 states party to respect its provisions and implement its framework at the national level.<sup>10</sup> Brazil ratified the ICCPR on 24 January 1992 and is therefore legally bound to respect and to ensure the right to freedom of expression as contained in Article 19 of the ICCPR:

1. Everyone shall have the right to freedom of opinion
2. Everyone shall have the right to freedom of expression; this right shall include freedom to seek, receive and impart information and ideas of all kinds, regardless of frontiers, either orally, in writing or in print, in the form of art or through any other media of his choice.

In September 2011, the UN Human Rights Committee ('HRC'), as treaty monitoring body for the ICCPR, issued General Comment No 34 in relation to Article 19.<sup>11</sup> General Comment No.34 constitutes an authoritative interpretation of the minimum standards guaranteed by Article 19 ICCPR. ARTICLE 19 considers General Comment No 34 to be a progressive clarification of international law related to freedom of expression and access to information.<sup>12</sup> It is particularly instructive on a number of issues relative to freedom of expression on the Internet.

---

8 UN General Assembly Resolution 217A(III), adopted 10 December 1948

9 *Filatiga v. Pena-Irala*, 630 F. 2d 876 (1980) (US Circuit Court of Appeals, 2nd circuit)

10 Article 2 of the ICCPR, GA res. 2200A (XXI), 21 UN GAOR Supp. (No. 16) at 52, UN Doc. A/6316 (1966); 999 UNTS 171; 6 ILM 368 (1967)

11 See, CCPR/C/GC/3 available at <http://www2.ohchr.org/english/bodies/hrc/comments.htm>

12 ARTICLE 19 statement on UN Human Rights Committee Comment No.34: <http://www.article19.org/resources.php/resource/2631/en/un:-article-19-welcomes-general-comment-on-freedom-of-expression>

Importantly, General Comment No 34 states that Article 19 ICCPR protects all forms of expression and the means of their dissemination, including all forms of electronic and Internet-based modes of expression.<sup>13</sup> In other words, the protection of freedom of expression applies online in the same way as it applies offline.

At the same time, General Comment No 34 requires States party to the ICCPR to consider the extent to which developments in information technology, such as Internet and mobile based electronic information dissemination systems, have dramatically changed communication practices around the world.<sup>14</sup> In particular, the legal framework regulating the mass media should take into account the differences between the print and broadcast media and the Internet, while also noting the ways in which media converge.<sup>15</sup>

### **The American Convention on Human Rights**

The American Convention on Human Rights (“ACHR”) is the regional instrument that protects freedom of expression in the Americas. In particular, Article 13 protects freedom of thought and expression and in its relevant parts reads as follows:

1. Everyone has the right to freedom of thought and expression. This right includes freedom to seek, receive, and impart information and ideas of all kinds, regardless of frontiers, either orally, in writing, in print, in the form of art, or through any other medium of one's choice.
2. The exercise of the right provided for in the foregoing paragraph shall not be subject to prior censorship but shall be subject to subsequent imposition of liability, which shall be expressly established by law to the extent necessary to ensure:
  - a. respect for the rights or reputations of others; or
  - b. the protection of national security, public order, or public health or morals.
3. The right of expression may not be restricted by indirect methods or means, such as the abuse of government or private controls over newsprint, radio broadcasting frequencies, or equipment used in the dissemination of information, or by any other means tending to impede the communication and circulation of ideas and opinions.

In 1999, the OAS Special Rapporteur for Freedom of Expression stated that the protection of freedom of expression under Article 13 of the ACHR also applies to freedom of expression online:

The community of American states has explicitly recognized the protecting of the right of freedom of expression in the American Declaration of the Rights and Duties of Man and the American Convention on Human Rights. These instruments allow a broad interpretation of the scope of freedom of expression.

---

13 UN Human Rights Committee General Comment No.34, para. 12.

14 *Ibid.*, para. 17.

15 *Ibid.*, para. 39.

Internet content is covered by Article 13 of the American Convention on Human Rights. The Rapporteur urges the member states to refrain from implementing any sort of regulation that would violate the terms of the Convention.<sup>16</sup>

More recently, in January 2012, the OAS Special Rapporteur and the UN Special Rapporteur on Freedom of Opinion and Expression renewed their call for a strong protection of free speech on the Internet. In particular, they recalled that

Legislation regulating the Internet should take into account the special characteristics of the Internet as a unique and transformative tool that enables billions of individuals to exercise their right to freedom of thought and expression as well as a range of other human rights.<sup>17</sup>

The state parties to the ACHR are bound to ensure that its laws regulating freedom of expression on the Internet comply with the requirements of Article 13 of the ACHR and take into account the special features of the Internet.

---

16 See OAS Special Rapporteur on Freedom of Expression, Annual Report, Vol 3 (1999), available at: <http://www.cidh.oas.org/annualrep/99eng/Volume3c.htm>

17 <http://www.oas.org/en/iachr/expression/showarticle.asp?artID=880&IID=1>

## LIMITATIONS ON THE RIGHT TO FREEDOM OF EXPRESSION

---

### International Covenant on Civil and Political Rights

While the right to freedom of expression is a fundamental right, it is not guaranteed in absolute terms. Article 19(3) of the ICCPR permits the right to be restricted in the following respects:

The exercise of the rights provided for in paragraph 2 of this article carries with it special duties and responsibilities. It may therefore be subject to certain restrictions, but these shall only be such as are provided by law and are necessary:

- (a) For respect of the rights or reputations of others;
- (b) For the protection of national security or of public order, or of public health or morals.

Restrictions on the right to freedom of expression must be strictly and narrowly tailored and may not put in jeopardy the right itself. Determining whether a restriction is narrowly tailored is often articulated as a three-part test. It is required that restrictions are: (i) provided by law; (ii) pursue a legitimate aim; and (iii) that they conform to the strict tests of necessity and proportionality.<sup>18</sup>

- **Provided by law:** Article 19(3) of the ICCPR requires that restrictions on the right to freedom of expression must be provided by law. In particular, the law must be formulated with sufficient precision to enable an individual to regulate his or her conduct accordingly.<sup>19</sup> Ambiguous or overly broad restrictions on freedom of expression are therefore impermissible under Article 19(3).
- **Legitimate aim:** Interferences with the right to freedom of expression must pursue a legitimate aim as exhaustively enumerated in Article 19(3)(a) and (b) of the ICCPR. As such, it would be impermissible to prohibit information dissemination systems from publishing material solely on the basis that they cast a critical view of the government or the political social system espoused by the government.<sup>20</sup> Similarly, a restriction on freedom of expression cannot be a pretext for protecting the government from embarrassment or exposure of wrongdoing, to conceal information about the functioning of its public institutions, or to entrench a particular ideology.
- **Necessity:** States party to the ICCPR are obliged to ensure that legitimate restrictions on the right to freedom of expression are necessary and proportionate. Necessity requires that there must be a pressing social need for the restriction. The party invoking the restriction must show a direct and immediate connection between the expression and the protected interest. Proportionality means that if a less intrusive measure is capable of achieving the same purpose as a more restrictive one, the least restrictive measure must be applied.

---

18 Velichkin v. Belarus, Communication No. 1022/2001, U.N. Doc. CCPR/C/85/D/1022/2001 (2005).

19 Leonardus J.M. de Groot v. The Netherlands, No. 578/1994, U.N. Doc. CCPR/C/54/D/578/1994 (1995).

20 HR Committee Concluding observations on the Syrian Arab Republic CCPR/CO/84/SYR



The same principles apply to electronic forms of communication or expression disseminated over the Internet. In particular, the UN Human Rights Committee has said in its General Comment No 34 that:

43. Any restrictions on the operation of websites, blogs or any other Internet-based, electronic or other such information dissemination system, including systems to support such communication, such as Internet service providers or search engines, are only permissible to the extent that they are compatible with paragraph 3. Permissible restrictions generally should be content-specific; generic bans on the operation of certain sites and systems are not compatible with paragraph 3. It is also inconsistent with paragraph 3 to prohibit a site or an information dissemination system from publishing material solely on the basis that it may be critical of the government or the political social system espoused by the government.<sup>21</sup>

These principles echo the findings of the UN Special Rapporteur on the promotion and protection of the right to freedom of opinion and expression, Frank La Rue, in a recent report dated 16 May 2011.<sup>22</sup>

### **American Convention on Human Rights**

Under Article 13 of the ACHR, any restriction on the right to freedom of expression must meet the same three-part test as under the ICCPR, namely: (i) the restriction must be provided by law; (ii) the restriction must pursue a legitimate aim recognised under Article 13; and (iii) the restriction must be proportionate to the aim pursued.

In particular, it is worth noting that the OAS Special Rapporteur recently declared that:

In considering both domestic legislation and international treaties such as the Anti-Counterfeiting Trade Agreement, States should recall that while freedom of expression may be limited in the pursuit of legitimate objectives such as the prevention of crime or the protection of the rights of others, such limitations should be narrowly tailored and interfere to the least extent possible with the right to freedom of expression. Any measure that affects speech on the Internet should be specifically designed to preserve the Internet's unique capacity to promote freedom of expression by facilitating the free exchange of information and ideas instantaneously and inexpensively regardless of frontiers.<sup>23</sup>

### **The Joint Declaration on Freedom of Expression and the Internet (2011)**

In June 2011, the four international special rapporteurs for freedom of expression, namely for the UN, OAS, OSCE and ACHPR, signed a Joint Declaration on Freedom of Expression and Internet, which sets out basic

21 Concluding observations on the Syrian Arab Republic (CCPR/CO/84/SYR).

22 [http://www2.ohchr.org/english/bodies/hrcouncil/docs/17session/A.HRC.17.27\\_en.pdf](http://www2.ohchr.org/english/bodies/hrcouncil/docs/17session/A.HRC.17.27_en.pdf)

23 See 2012 Joint Declaration with the UN Special Rapporteur on Freedom of Opinion and Expression, cited above at n 21.

human rights principles governing freedom of expression online. Specifically, they emphasised that regulatory approaches in the telecommunications and broadcasting sectors cannot simply be transferred to the Internet.<sup>24</sup>

In the Joint Declaration 2011, special rapporteurs recommended the development of tailored approaches for responding to illegal content online, while pointing out that specific restrictions for material disseminated over the Internet are unnecessary.<sup>25</sup> They also promoted the use of self-regulation as an effective tool for redressing harmful speech.<sup>26</sup>

---

24 See Joint Declaration on Freedom of Expression and the Internet, June 2011, available at: <http://www.article19.org/data/files/pdfs/press/international-mechanisms-for-promoting-freedom-of-expression.pdf>. Ibid para 24 and 26

25 Ibid.

26 Ibid.

## ROLE OF INTERNET INTERMEDIARIES AND INTERMEDIARY LIABILITY

---

Intermediaries, such as Internet Service Providers (ISPs), search engines, social media platforms and web hosts, play a crucial role in relation to access to the Internet and transmission of third party content. They have come to be seen as the gatekeepers of the Internet. For Internet activists, they are key enablers of the meaningful exercise of the right to freedom of expression, facilitating the free flow of information and ideas worldwide, while law enforcement agencies view them as central to any strategy to combat online criminal activity.

Given the huge amount of information that is available on the Internet, and that could potentially be unlawful, e.g. copyright law, defamation laws, hate speech laws, criminal laws for the protection of children against child pornography, Internet intermediaries have had a strong interest in seeking immunity from liability on the Internet.

In many western countries, Internet intermediaries have been granted immunity for third-party content.<sup>27</sup> They have also been exempted from monitoring content.<sup>28</sup> However, they have been made subject to ‘notice and take-down’ procedures, which require them to remove content once they are put on notice by private parties or law enforcement agencies that a particular content is unlawful. This system can be found for example in the E-commerce directive in the EU and the Digital Copyright Millennium Act 1998 (the so-called ‘safe harbours’) in the US.

A number of problems have been identified in relation to such ‘notice and take-down’ procedures. First, they often lack a clear legal basis. For example, a recent OSCE report on Freedom of Expression on the Internet highlights that:<sup>29</sup>

Liability provisions for service providers are not always clear and complex notice and takedown provisions exist for content removal from the Internet within a number of participating States. Approximately 30 participating States have laws based on the EU

---

27 See for example, the Directive 2000/31/EC of the European Parliament and of the Council of 8 June 2000 on certain legal aspects of information society services, in particular electronic commerce, in the Internal Market, the ‘E-commerce directive’ in the EU. See also the Communications Decency Act 1996 in the US, and in Singapore, the Electronic Transaction Act 2010 which gives strong protection to innocent providers.

28 See Article 15 of the E-commerce directive. In the recent case of *SABAM v. Scarlet Extended SA*, the Court of Justice of the European Union (CJEU) considered that an injunction requiring an ISP to install a filtering system to make it absolutely impossible for its customers to send or receive files containing musical works using peer-to-peer software without the permission of the rights holders would oblige it to actively monitor all the data relating to each of its customers, which would be in breach of the right to privacy and the right to freedom to receive or impart information. The court noted that such an injunction could potentially undermine freedom of information since the suggested filtering system might not distinguish adequately between unlawful content and lawful content, with the result that its introduction could lead to the blocking of lawful communications.

29 OSCE report, Freedom of Expression and the Internet, July 2011, p 30.

E-Commerce Directive. However, the EU Directive provisions rather than aligning state level policies, created differences in interpretation during the national implementation process. These differences emerged once the provisions were applied by the national courts. Aware of such issues, the European Commission launched a consultation during 2010 on the interpretation of the intermediary liability provisions. A review report is expected during 2011.

Accordingly, the four special rapporteurs on freedom of expression recommended in their 2011 Joint Declaration on Freedom of Expression and the Internet that:

- (i) No one should be liable for content produced by others when providing technical services, such as providing access, searching for, or transmission or caching of information;<sup>30</sup>
- (ii) Liability should only be incurred if the intermediary has specifically intervened in the content, which is published online;<sup>31</sup>
- (iii) ISPs and other intermediaries should only be required to take down content following a court order, contrary to the practice of notice and takedown.<sup>32</sup>

Similarly, the UN Special Rapporteur on freedom of expression has stated that

Censorship measures should never be delegated to a private entity, and that no one should be held liable for content on the Internet of which they are not the author. Indeed, no State should use or force intermediaries to undertake censorship on its behalf.<sup>33</sup>

He has further recommended that in order to avoid infringing the right to freedom of expression and the right to privacy, intermediaries should:<sup>34</sup>

Only implement restrictions to these rights after judicial intervention; be transparent to the user involved about measures taken, and where applicable to the wider public; provide, if possible, forewarning to users before the implementation of restrictive measures; and minimize the impact of restrictions strictly to the content involved.

Finally, the Special Rapporteur has emphasised the need for effective remedies for affected users, including the possibility of appeal through the procedures provided by the intermediary and by a competent judicial authority.<sup>35</sup>

## **Surveillance of communications**

Guaranteeing the right to privacy in online communications is essential for ensuring that individuals have the confidence to freely exercise their right to freedom of expression. The mass-surveillance of online communications

---

30 Supra note 17.

31 Ibid.

32 Ibid.

33 See UN Special Rapporteur on FOE report, cited above at n 26, para. 43.

34 Ibid. para 47.

35 Ibid.

therefore poses significant concerns for both the right to privacy and the right to freedom of expression.

The right of private communications is strongly protected in international law through Article 17 of the ICCPR, which states that:

1. No one shall be subjected to arbitrary or unlawful interference with his privacy, family, home or correspondence, nor to unlawful attacks on his honour and reputation.
2. Everyone has the right to the protection of the law against such interference or attacks.

In General Comment no. 16 on the right to privacy, the UN Human Rights Committee clarified that:

3. The term “unlawful” means that no interference can take place except in cases envisaged by the law. Interference authorized by States can only take place on the basis of law, which itself must comply with the provisions, aims and objectives of the Covenant.

The Committee went on to explain that:

4. The expression “arbitrary interference” is also relevant to the protection of the right provided for in article 17. In the Committee’s view the expression “arbitrary interference” can also extend to interference provided for under the law. The introduction of the concept of arbitrariness is intended to guarantee that even interference provided for by law should be in accordance with the provisions, aims and objectives of the Covenant and should be, in any event, reasonable in the particular circumstances.

The Committee further stated that:

8. Even with regard to interferences that conform to the Covenant, relevant legislation must specify in detail the precise circumstances in which such interferences may be permitted. A decision to make use of such authorized interference must be made only by the authority designated under the law, and on a case-by-case basis.

The UN Special Rapporteur on promotion and protection of human rights and fundamental freedoms while countering terrorism has argued that like restrictions on the right to freedom of expression under Article 19, restrictions of the right to privacy under Article 17 of the ICCPR should be interpreted as subject to the three-part test:<sup>36</sup>

Article 17 of the Covenant should also be interpreted as containing the said elements of a permissible limitations test. Restrictions that are not prescribed by law are “unlawful” in the meaning of article 17, and restrictions that fall short of being necessary or do not serve a legitimate aim constitute “arbitrary” interference with the rights provided under article 17.

The Special Rapporteur further defined the scope of legitimate restrictions on the right to privacy as follows:<sup>37</sup>

<sup>36</sup> Report of the Special Rapporteur on the promotion and protection of human rights and fundamental freedoms while countering terrorism, Martin Scheinin, A/HRC/13/37, 28 December 2009.

<sup>37</sup> *Ibid.*, para. 21

States may make use of targeted surveillance measures, provided that it is case-specific interference, on the basis of a warrant issued by a judge on showing of probable cause or reasonable grounds. There must be some factual basis, related to the behaviour of an individual, which justifies the suspicion that he or she may be engaged in preparing there must be “on the basis of a warrant issued by a judge on showing of probable cause or reasonable grounds. There must be some factual basis, related to the behaviour of an individual, which justifies the suspicion that he or she may be engaged in preparing a terrorist attack.

The lack of ability of individuals to communicate privately substantially affects their freedom of expression rights. In his report of 16 May 2011, the UN Special Rapporteur on Freedom of Opinion and Expression expressed his concerns that:

53. The Internet also presents new tools and mechanisms through which both State and private actors can monitor and collect information about individuals' communications and activities on the Internet. Such practices can constitute a violation of the Internet users' right to privacy, and, by undermining people's confidence and security on the Internet, impede the free flow of information and ideas online.

The UN Special Rapporteur on Freedom of Expression further noted that:

59. The right to privacy can be subject to restrictions or limitations under certain exceptional circumstances. This may include State surveillance measures for the purposes of administration of criminal justice, prevention of crime or combating terrorism. However, such interference is permissible only if the criteria for permissible limitations under international human rights law are met. Hence, there must be a law that clearly outlines the conditions whereby individuals' right to privacy can be restricted under exceptional circumstances, and measures encroaching upon this right must be taken on the basis of a specific decision by a State authority expressly empowered by law to do so, usually the judiciary, for the purpose of protecting the rights of others, for example to secure evidence to prevent the commission of a crime, and must respect the principle of proportionality.

In particular, the Special Rapporteur recommended that States should ensure that individuals can express themselves anonymously online and to refrain from adopting real-name registration systems.<sup>38</sup>

---

38 Ibid., para 84.

## ACCESS TO THE INTERNET

---

The Internet has become a basic requirement for the exercise of freedom of expression. It is also necessary for the meaningful exercise of other rights and freedoms, such as freedom of assembly. States are therefore under a positive obligation to promote and facilitate access to the Internet. The UN Special Rapporteur on Freedom of Expression, Frank La Rue, thus recently stated:<sup>39</sup>

Given that the Internet has become an indispensable tool for realizing a range of human rights, combating inequality, and accelerating development and human progress, ensuring universal access to the Internet should be a priority for all States.

The Special Rapporteur recommended that States should draw up concrete policies involving all stakeholders with a view to ensuring universal access, i.e. make the Internet widely available, accessible and affordable to all segments of the population. In particular, he suggested that States should work in partnership with the private sector to ensure Internet connectivity in all inhabited localities, including in remote rural areas. He further noted that States could subsidise Internet services and low-cost hardware.

Similarly, the four special mandates on freedom of expression have articulated a number of principles in relation to access to the Internet in their 2011 Joint Declaration on Freedom of Expression and the Internet, which reads as follows:

### 6. Access to the Internet

- a. Giving effect to the right to freedom of expression imposes an obligation on States to promote universal access to the Internet. Access to the Internet is also necessary to promote respect for other rights, such as the rights to education, health care and work, the right to assembly and association, and the right to free elections.
- b. Cutting off access to the Internet, or parts of the Internet, for whole populations or segments of the public (shutting down the Internet) can never be justified, including on public order or national security grounds. The same applies to slow-downs imposed on the Internet or parts of the Internet.
- c. Denying individuals the right to access the Internet as a punishment is an extreme measure, which could be justified only where less restrictive measures are not available and where ordered by a court, taking into account the impact of this measure on the enjoyment of human rights.
- d. Other measures which limit access to the Internet, such as imposing registration or other requirements on service providers, are not legitimate unless they conform to the test for restrictions on freedom of expression under international law.
- e. States are under a positive obligation to facilitate universal access to the Internet. At

---

<sup>39</sup> See UN Special Rapporteur on Freedom of Expression report of 10 August 2011, available here: <http://www.ohchr.org/Documents/Issues/Opinion/A.66.290.pdf>

a minimum, States should:

- i. Put in place regulatory mechanisms – which could include pricing regimes, universal service requirements and licensing agreements – that foster greater access to the Internet, including for the poor and in ‘last mile’ rural areas.
  - ii. Provide direct support to facilitate access, including by establishing community-based ICT centres and other public access points.
  - iii. Promote adequate awareness about both how to use the Internet and the benefits it can bring, especially among the poor, children and the elderly, and isolated rural populations.
  - iv. Put in place special measures to ensure equitable access to the Internet for the disabled and for disadvantaged persons.
- f. To implement the above, States should adopt detailed multi-year action plans for increasing access to the Internet which include clear and specific targets, as well as standards of transparency, public reporting and monitoring systems.

From a comparative perspective, it should also be noted that some western countries have expressly recognised a right of access to the Internet in their national legislation or otherwise. For example, the French Conseil constitutional declared that Internet access was a fundamental right in 2009. In Finland, a decree was passed in 2009 which provides that every Internet connection needs to have a speed of at least one Megabit per second. Access to the Internet has also recognised as a basic human right in Estonia since 2000.

### **Network neutrality**

An important component of the right of access to the Internet is the principle of ‘network neutrality’ or ‘net neutrality’. It protects the right of consumers to access the content, applications, services and hardware of their choice without restrictions by Internet Service Providers (ISPs) or governments.

The principle of net neutrality requires that all Internet traffic should be treated equally, i.e. without discrimination based on content, device, author, origin or destination of the content, service or application. This means that Internet Service Providers (ISPs) or governments should not be allowed to use their control over the infrastructure of the Internet or their market power to block content, or prioritise, or slow down access to certain applications or services, such as peer-to-peer transmission.

In other words, net neutrality is essential to preserve the infrastructure and the openness of the Internet. It is also essential for the sharing of information and ideas on the Internet as protected under international human rights law. For this reason, the four special rapporteurs on freedom of expression adopted a set of principles in relation to network neutrality in their 2011 Joint Declaration on Freedom of Expression and the Internet. In particular, they declared the following:<sup>40</sup>

---

40 See 2011 Joint Declaration cited above at note 17.



### Network Neutrality

a. There should be no discrimination in the treatment of Internet data and traffic, based on the device, content, author, origin and/or destination of the content, service or application.

b. Internet intermediaries should be required to be transparent about any traffic or information management practices they employ, and relevant information on such practices should be made available in a form that is accessible to all stakeholders.

The adoption of any net neutrality rules at domestic level should reflect these standards. In this regard, the recent Chilean law on network neutrality offers a positive example in that it provides fairly comprehensive safeguards against discriminatory practices by ISPs.<sup>41</sup>

In particular, it is important to ensure that there are sufficient safeguards against discrimination between different types of Internet services, such as fixed and mobile broadband. For example, ARTICLE 19 criticised the rules adopted by the US Federal Communications Commission in December 2010, as they failed to provide sufficient safeguards in that respect.<sup>42</sup> The European Union is currently considering the adoption of net neutrality rules.

---

41 See [http://www.subtel.gob.cl/prontus\\_subtel/site/artic/20100826/pags/20100826145847.html](http://www.subtel.gob.cl/prontus_subtel/site/artic/20100826/pags/20100826145847.html)

42 To read more about ARTICLE 19's concerns with the FCC rules, please go to: <http://www.article19.org/resources.php/resource/2824/en/net-neutrality--stronger-rules-needed-in-us-and-eu>

## **CYBER SECURITY AND RESPECT FOR HUMAN RIGHTS**

International resolutions and instruments on cyber security recognise the importance of balancing security imperatives with fundamental human rights, in particular the right to freedom of expression.

The UN General Assembly Resolution on the “Creation of a global culture of cyber security” states that “security should be implemented in a manner consistent with the values recognised by democratic societies, including the freedom to exchange thoughts and ideas, the free flow of information, the confidentiality of information and communication, the appropriate protection of personal information, openness and transparency.”<sup>43</sup>

From a comparative perspective, ARTICLE 19 also notes that the preamble to the Council of Europe Convention on Cybercrime (2001) states that parties must be “mindful of the need to ensure a proper balance between the interests of law enforcement and respect for fundamental human rights ... which reaffirm the right of everyone to hold opinions without interference, as well as the right to freedom of expression, including the freedom to seek, receive, and impart information and ideas of all kinds, regardless of frontiers, and the rights concerning the respect for privacy.”<sup>44</sup> This is supported by Article 15 of the Cybercrimes Convention, which states that the powers and procedures provided for within the Convention “shall provide for the adequate protection of human rights and liberties”, also referencing both the ICCPR and the European Convention for the Protection of Human Rights and Fundamental Freedoms.

It is noteworthy that the Council of Europe Convention on Cybercrime contains no content-based restrictions other than those relating to child pornography. The potential for domestic Cybercrimes laws to target political dissent is recognised in the Convention at Article 27(4)(a), which allows states to refuse assistance to other states party if that request is perceived to relate to a politically motivated prosecution. With 32 states party, the convention has the largest membership of any international legal instrument on this topic. Brazil is currently consulting on whether or not to join the Convention.

<sup>43</sup> See A/RES/57/239, Jan. 31, 2003; available at [http://www.itu.int/ITU-D/cyb/cybersecurity/docs/UN\\_resolution\\_57\\_239.pdf](http://www.itu.int/ITU-D/cyb/cybersecurity/docs/UN_resolution_57_239.pdf)

<sup>44</sup> Convention on Cybercrime, Budapest, 23.XI.2001; available at <http://conventions.coe.int/Treaty/en/Treaties/html/185.htm>

## **JOINT DECLARATION ON FREEDOM OF EXPRESSION AND THE INTERNET**

---

Washington D.C., June 1, 2011 – The need to protect and promote the Internet and the limitations on the State in the regulation of this medium were set forth in a joint declaration signed this June 1 by the Special Rapporteurs for Freedom of Expression of the Americas, Europe, Africa, and the United Nations.

The United Nations (UN) Special Rapporteur on Freedom of Opinion and Expression, Frank LaRue; the Special Rapporteur for Freedom of Expression of the Inter-American Commission on Human Rights (IACHR) of the Organization of American States (OAS), Catalina Botero Marino; the Organization for Security and Cooperation in Europe (OSCE) Representative on Freedom of the Media, Dunja Mijatović; and the African Commission on Human and Peoples' Rights (ACHPR) Special Rapporteur on Freedom of Expression, Faith Pansy Tlakula; issued a joint declaration establishing guidelines to protect freedom of expression on the Internet.

In the Joint Declaration, the four rapporteurs maintain that States have the obligation to promote universal access to the Internet, and cannot justify for any reason the interruption of that service to the public, not even for public safety or national security reasons. In principle, any measure that limits access to the network is unlawful, unless it meets the strict requirements established by international standards for such actions.

The rapporteurs establish that freedom of expression must apply to the Internet in the same way it applies to all other media. In this respect, any restriction imposed must comply with the international standards in force, such as being expressly established by law, pursuing a legitimate aim recognized by international law, and being necessary to accomplish such aim.

Actions such as the mandatory blocking of websites are extreme actions that may only be justified in accordance with international standards, such as the protection of minors from sexual abuse. Content-filtering systems that cannot be controlled by the users, imposed by governments or commercial providers, are also actions that are incompatible with freedom of expression.

According to the declaration, Internet service intermediaries must not be held responsible for content generated by third parties; nor may they be required to control user-generated content. They shall be held responsible only when they fail to exclude content when directed to do so in a lawful court order, issued in accordance with due process, and provided that they have the technical capacity to do so. The intermediaries must be required to be transparent with respect to their practices for the management of traffic or information, and must not discriminate in any way in the treatment of data or traffic.

With respect to criminal and civil liabilities, the declaration states that jurisdiction to resolve conflicts arising from web content must lie with the States most closely tied to the case. In addition, private individuals who feel adversely affected by certain content disseminated on the web should only be able to take legal action in the jurisdiction in which they can demonstrate having suffered a substantial harm.

Finally, the rapporteurs recommend that the States adopt detailed plans of action to comply with the duty to guarantee universal access to the Internet, especially for socially excluded groups such as the poor, the disabled, or persons living in isolated rural areas.

The text of the Joint Declaration is as follows:

### **International Mechanisms for Promoting Freedom of Expression**

#### **Joint Declaration on Freedom of Expression and the Internet**

The United Nations (UN) Special Rapporteur on Freedom of Opinion and Expression, the Organization for Security and Co-operation in Europe (OSCE) Representative on Freedom of the Media, the Organization of American States (OAS) Special Rapporteur on Freedom of Expression and the African Commission on Human and Peoples' Rights (ACHPR) Special Rapporteur on Freedom of Expression and Access to Information,

Having discussed these issues together with the assistance of ARTICLE 19, Global Campaign for Free Expression and the Centre for Law and Democracy;

Recalling and reaffirming our Joint Declarations of 26 November 1999, 30 November 2000, 20 November 2001, 10 December 2002, 18 December 2003, 6 December 2004, 21 December 2005, 19 December 2006, 12 December 2007, 10 December 2008, 15 May 2009 and 3 February 2010;

Emphasising, once again, the fundamental importance of freedom of expression – including the principles of independence and diversity – both in its own right and as an essential tool for the defence of all other rights, as a core element of democracy and for advancing development goals;

Stressing the transformative nature of the Internet in terms of giving voice to billions of people around the world, of significantly enhancing their ability to access information and of enhancing pluralism and reporting;

Cognisant of the power of the Internet to promote the realisation of other rights and public participation, as well as to facilitate access to goods and services;

Welcoming the dramatic growth in access to the Internet in almost all countries and regions of the world, while noting that billions still lack access or have second class forms of access;

Noting that some governments have taken action or put in place measures with the specific intention of unduly restricting freedom of expression on the Internet, contrary to international law;

Recognising that the exercise of freedom of expression may be subject to limited restrictions which are prescribed by law and are necessary, for example for the prevention of crime and the protection of the fundamental rights of others, including children, but stressing that any such restrictions must be balanced and comply with international law on the right to freedom of expression;

Concerned that, even when done in good faith, many of the efforts by governments to respond to the need noted above fail to take into account the special characteristics of the Internet, with the result that they unduly restrict freedom of expression;

Noting the mechanisms of the multi-stakeholder approach of the UN Internet Governance Forum;

Aware of the vast range of actors who act as intermediaries for the Internet – providing services such as access and interconnection to the Internet, transmission, processing and routing of Internet traffic, hosting and providing access to material posted by others, searching, referencing or finding materials on the Internet, enabling financial transactions and facilitating social networking – and of attempts by some States to deputise responsibility for harmful or illegal content to these actors;

Adopt, on 1 June 2011, the following Declaration on Freedom of Expression and the Internet:

#### 1. General Principles

a. Freedom of expression applies to the Internet, as it does to all means of communication. Restrictions on freedom of expression on the Internet are only acceptable if they comply with established international standards, including that they are provided for by law, and that they are necessary to protect an interest which is recognised under international law (the ‘three-part’ test).

b. When assessing the proportionality of a restriction on freedom of expression on the Internet, the impact of that restriction on the ability of the Internet to deliver positive freedom of expression outcomes must be weighed against its benefits in terms of protecting other interests.

c. Approaches to regulation developed for other means of communication – such as telephony or broadcasting – cannot simply be transferred to the Internet but, rather, need to be specifically designed for it.

d. Greater attention should be given to developing alternative, tailored approaches, which are adapted to the unique characteristics of the

Internet, for responding to illegal content, while recognising that no special content restrictions should be established for material disseminated over the Internet.

e. Self-regulation can be an effective tool in redressing harmful speech, and should be promoted.

f. Awareness raising and educational efforts to promote the ability of everyone to engage in autonomous, self-driven and responsible use of the Internet should be fostered ('Internet literacy').

## 2. Intermediary Liability

a. No one who simply provides technical Internet services such as providing access, or searching for, or transmission or caching of information, should be liable for content generated by others, which is disseminated using those services, as long as they do not specifically intervene in that content or refuse to obey a court order to remove that content, where they have the capacity to do so ('mere conduit principle').

b. Consideration should be given to insulating fully other intermediaries, including those mentioned in the preamble, from liability for content generated by others under the same conditions as in paragraph 2(a). At a minimum, intermediaries should not be required to monitor user-generated content and should not be subject to extrajudicial content takedown rules which fail to provide sufficient protection for freedom of expression (which is the case with many of the 'notice and takedown' rules currently being applied).

## 3. Filtering and Blocking

a. Mandatory blocking of entire websites, IP addresses, ports, network protocols or types of uses (such as social networking) is an extreme measure – analogous to banning a newspaper or broadcaster – which can only be justified in accordance with international standards, for example where necessary to protect children against sexual abuse.

b. Content filtering systems which are imposed by a government or commercial service provider and which are not end-user controlled are a form of prior censorship and are not justifiable as a restriction on freedom of expression.

c. Products designed to facilitate end-user filtering should be required to be accompanied by clear information to end-users about how they work and their potential pitfalls in terms of over-inclusive filtering.

## 4. Criminal and Civil Liability

a. Jurisdiction in legal cases relating to Internet content should be restricted to States to which those cases have a real and substantial connection, normally because the author is established there, the content is uploaded there and/or the content is specifically directed at that State.

Private parties should only be able to bring a case in a given jurisdiction where they can establish that they have suffered substantial harm in that jurisdiction (rule against 'libel tourism').

b. Standards of liability, including defences in civil cases, should take into account the overall public interest in protecting both the expression and the forum in which it is made (i.e. the need to preserve the 'public square' aspect of the Internet).

c. For content that was uploaded in substantially the same form and at the same place, limitation periods for bringing legal cases should start to run from the first time the content was uploaded and only one action for damages should be allowed to be brought in respect of that content, where appropriate by allowing for damages suffered in all jurisdictions to be recovered at one time (the 'single publication' rule).

#### 5. Network Neutrality

a. There should be no discrimination in the treatment of Internet data and traffic, based on the device, content, author, origin and/or destination of the content, service or application.

b. Internet intermediaries should be required to be transparent about any traffic or information management practices they employ, and relevant information on such practices should be made available in a form that is accessible to all stakeholders.

#### 6. Access to the Internet

a. Giving effect to the right to freedom of expression imposes an obligation on States to promote universal access to the Internet. Access to the Internet is also necessary to promote respect for other rights, such as the rights to education, health care and work, the right to assembly and association, and the right to free elections.

b. Cutting off access to the Internet, or parts of the Internet, for whole populations or segments of the public (shutting down the Internet) can never be justified, including on public order or national security grounds. The same applies to slow-downs imposed on the Internet or parts of the Internet.

c. Denying individuals the right to access the Internet as a punishment is an extreme measure, which could be justified only where less restrictive measures are not available and where ordered by a court, taking into account the impact of this measure on the enjoyment of human rights.

d. Other measures which limit access to the Internet, such as imposing registration or other requirements on service providers, are not legitimate unless they conform to the test for restrictions on freedom of expression under international law.

e. States are under a positive obligation to facilitate universal access to

the Internet. At a minimum, States should:

- i. Put in place regulatory mechanisms – which could include pricing regimes, universal service requirements and licensing agreements – that foster greater access to the Internet, including for the poor and in ‘last mile’ rural areas.
  - ii. Provide direct support to facilitate access, including by establishing community-based ICT centres and other public access points.
  - iii. Promote adequate awareness about both how to use the Internet and the benefits it can bring, especially among the poor, children and the elderly, and isolated rural populations.
  - iv. Put in place special measures to ensure equitable access to the Internet for the disabled and for disadvantaged persons.
- f. To implement the above, States should adopt detailed multi-year action plans for increasing access to the Internet which include clear and specific targets, as well as standards of transparency, public reporting and monitoring systems.





Oficina para Sudamerica / South America Office  
Rua João Adolfo, 118 - 8º andar  
Anhangabaú, São Paulo, Brasil  
tel. +55 11 30570042 / 0071  
[www.artigo19.org](http://www.artigo19.org) / [www.article19.org](http://www.article19.org)  
[brasil@article19.org](mailto:brasil@article19.org)

**ARTICLE 19**